

MARLIETH CORRÊA DA SILVA

**GESTÃO PÚBLICA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE,
MEIO AMBIENTE E O PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA
PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE PORTEL -
PARÁ.**

Orientador: Professor Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa

2016

MARLIETH CORRÊA DA SILVA

**GESTÃO PÚBLICA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE,
MEIO AMBIENTE E O PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA
PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE PORTEL -
PARÁ.**

Dissertação defendida em prova pública na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 15 de Junho de 2016, perante o júri, nomeado por despacho nº263/2016, de 15 de Junho de 2016, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor António Augusto Teixeira da Costa.

Arguente: Professora Doutora Felipa Cristina Henriques Rodrigues Lopes dos Reis.

Orientador: Professor Doutor Ricardo Figueiredo Pinto.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2016

EPIÍGRAFE

Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou constituído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental.

VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.

DEDICATÓRIA

A Deus, por nos permitir a existência, a interação, a harmonia, a sabedoria, o intelecto e a relação com os demais seres bióticos e abióticos, e por nos proporcionar a vida em comunidade e em família.

A minha família, em especial minha aguerrida mãe que sempre me ensinou aos princípios éticos, moral e cristão, a quem devo tudo o que sou e o que tenho, sempre segurando em minhas mãos nos momentos difíceis, alegres e no meu baluarte da minha vida acadêmica e científica.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ser minha fortaleza e proteção.

A minha querida e amada mãe Maria das Graças que me ensinou o caráter, o respeito, a dignidade, a honestidade, a coragem de viver e vencer, dando-me força e incentivo a prosseguir nos meus estudos e conhecimentos ao longo da minha trajetória, minha eterna gratidão por tudo, principalmente pelas orações, palavras de amor, carinho, sabedoria e foi pelo seu conselho e fé que ingressei no mestrado, pois não tinha o dinheiro para matrícula e você falou “filha se eu pudesse te ajudaria, mas coloca nas mãos de Deus que se for da vontade D’Ele você conseguirá, eu vou orar por você”, e foi pela sua fé e oração que deu tudo certo, saibas que você é minha fonte de inspiração, coragem e determinação, obrigada infinitamente.

As minhas irmãs Marly, Marleane, Marluana e Marlene e irmão Kawã Vinícius por sempre me apoiarem e incentivarem no meu labor educacional e nos momentos em que precisei deixar minha filha sob seus cuidados, minha eterna gratidão, carinho e amor.

A minha filha amada Gabrielly Eduarda que superou minha ausência em momentos de estudo a Capital do Pará e nas noites e dias em que eu estava fazendo meus trabalhos e leituras, mas saiba que tudo é por você, para incentivá-la e poder dar o melhor a ti meu amor eterno.

A meu esposo e amado Francisco Ângelo Júnior que sempre me ajudou e incentivou a minha carreira educacional e profissional meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus familiares que contribuíram na minha formação direta e indiretamente.

As minhas amigas e amigos, em especial Alzeny Flores e Danielle Gomes que ao longo da minha jornada educacional a nível superior (graduação Biologia, Pedagogia, Especialização, Mestrado), vocês estavam presentes cursando, incentivando, brincando, os trabalhos em grupos e individual, o apoiando de vocês foi fundamental, principalmente no mestrado, pois foi graças a vocês que eu fiquei sabendo e das palavras de incentivo em fazer o curso, meus mais profundos agradecimentos e carinho.

Aos professores que passaram no meu caminhar desde minha infância aos dias atuais obrigada pela partilha do saber e conhecimento, em especial ao meu orientador Dr. Ricardo Pinto.

As Instituições públicas, particulares e filantrópicas que permeiam o mundo levando o conhecimento e a formação às pessoas.

Enfim, todas as pessoas que mesmo não citadas contribuíram de maneira direta e indireta, muito obrigada!

RESUMO

A dissertação contextualiza a educação ambiental a nível global, nacional e seu gerenciamento na gestão administrativa dentro das principais secretarias do município de Portel, fazendo um paralelo através da temática ambiental e de gestão conforme sua estrutura organizacional, diretrizes, planejamento e legislações a nível federal, estadual e municipal, pois o mundo urge por uma política pública eficaz e eficiente no que concerne o meio ambiente, destacando-se a educação ambiental como plano central, metas e estratégia para amenizar os problemas de cunho socioambiental, na tomada de consciência da corresponsabilidade da coletividade e na proteção ambiental, indispensáveis nas administrações seja pública, privada ou filantrópica.

Palavras Chaves: Gestão Pública, legislação ambiental, Educação formal, Meio Ambiente e Sociedade, Educação Ambiental.

ABSTRACT

The dissertation contextualized environmental education at the global, national and its management in the administrative within the major departments of the municipality of Portel, paralleling by environmental issues and management as its organizational structure, policies, planning and legislation at the federal level, state and municipal, for the world is pressing for an efficient and effective public policy regarding the environment, especially environmental education as a central plan, goals, and strategy to mitigate the socio-environmental problems, the awareness of co- collective responsibility and environmental protection are indispensable in administrations is public, private or philanthropic.

Key words: Public Management, environmental legislation, formal education, Environment and Society, Environmental Education.

LISTA DE SIGLAS

Amazônia Compensados e Laminados – AMACOL
Coordenadoria de Ecologia Humana e Saúde Ambiental - CEHSA
Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA
Conselho Estadual de Saúde – CES
Conselho Estadual de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente – CONSAMA
Conselho Municipal de Educação – CME
Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS
Departamento em Ações Básicas – DAB
Departamento de Ações Básicas e Complementares – DABC
Departamento de meio Ambiente - DMA
Instituto Estadual de Floresta do Pará - IFF
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN
Ministério da Educação - MEC
Objetos de Desenvolvimento do Milênio - ODM
Organização das Nações Unidas - ONU
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO
Parâmetros Curriculares Nacional - PCN's
Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental – Placea
Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA
Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA
Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA
Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental – Panacea
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI
Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI
Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA
Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM
Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca - SEMAP

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEI

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN

ÍNDICE GERAL

Introdução	
Justificativa.....	19
Capítulo I – Enquadramento Teórico.....	22
1. Panorama de Gestão Pública, Privada e o Terceiro setor.....	23
1.1 - Sinopse da história da administração.....	23
1.2 – Administração pública.....	29
1.3 – Administração privada.....	32
1.4 – Administração do terceiro setor.....	34
2. Gestão ambiental, legislações e a educação ambiental.....	35
2.1 - O desenvolvimento da gestão ambiental no Brasil.....	36
2.2 – Legislação ambiental: Um cenário vigente no Brasil a nível Federal, Estadual e Municipal.....	37
2.2.1 – Conceito de meio ambiente e legislação ambiental e seus respectivo histórico.....	37
2.2.2 – As principais leis ambientais no Brasil.....	39
2.2.3 - Lei ambiental do Estado do Pará e Municipal.....	43
3. Justiça ambiental.....	45
4. Educação ambiental e a contextualização conforme seu marco.....	46
4.1 – Marcos internacionais da educação ambiental.....	46
4.2 - Marco nacional.....	51
5. Sociedade, meio ambiente e a educação ambiental.....	58
6. Desenvolvimento sustentável e a educação ambiental.....	58
Capítulo II – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GESTÃO EDUCACIONAL: Um Cenário Brasileiro.....	61
1. A Educação Ambiental no Contexto da Gestão Educacional Brasileira.....	62
2. Ministério da Educação – MEC e a Educação Ambiental.....	62
3. O papel das Escolas e das Instituições Superior e a Educação Ambiental.....	63
3.1 - Gestão, Coordenação Pedagógica, Conselhos Escolares, Professores, mestres, Doutores, Alunos e Pais, juntos no processo formativo socioambiental, através da Educação Ambiental.....	64
Capítulo III – MUNICÍPIO DE PORTEL: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS.....	65
Capítulo IV – CAMINHAR METODOLÓGICO – UM ESTUDO EMPIRICO.....	74
4. Metodologia da Investigação.....	75.

Marlieth Corrêa da Silva
GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da
Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará

4.1 – Classificação da pesquisa.....	75
4.2 – Técnica de coleta de dados da pesquisa.....	76
4.3 – Métodos de coleta de dados.....	76
4.4 – Caracterização da instituições pesquisadas.....	78
Capítulo V – Apresentação e análise de resultados.....	84
Conclusão	
Referencias Bibliográficas	
Apêndices	
Anexos	

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	85
Gráfico 2 –	85
Gráfico 3 –	86
Gráfico 4 –	87
Gráfico 5 –	87
Gráfico 6 –	86
Gráfico 7 –	89
Gráfico 8 –	90
Gráfico 9 –	90
Gráfico 10 –	91
Gráfico 11 –	92
Gráfico 12 –	93
Gráfico 13 –	93
Gráfico 14 -	94

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 –	27
Tabela 2 –	32
Tabela 3 -	78

ÍNDICE DE IMAGEM

Imagem 1 –	66
Imagem 2 –.....	66
Imagem 3 -	69

INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda a educação ambiental na gestão da administração pública municipal com várias concepções entre as principais secretarias que em seu bojo organizacional seja pautada, planejada, colocada em prática e propagada nos diversos setores social.

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, estabelecida pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, e regulamentada pelo Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002 em nenhum momento menciona a estruturação de um sistema brasileiro de educação ambiental, todavia esta política possui um formato de gestão minimamente estruturado, apresentando uma lógica que pode servir de base para uma proposta mais orgânica e participativa das competências político-administrativas e das atribuições formadoras dos entes, instituições e organizações que atuam no caminho da educação ambiental no país. O grande desafio da educação ambiental rumo a um desenvolvimento democrático e sustentável é, paralelamente à tomada de medidas efetivas que garantam a conservação e proteção ambiental, proporcionando uma educação crítica e inovadora nas camadas formais, informais e informacional da sociedade através de um processo político-pedagógico, democrático e duradouro rumo à construção de uma consciência crítica sobre a necessidade da proteção ambiental e a mudança dos atuais padrões de desenvolvimento, ressaltando que além da lei 9.795/99 existem várias leis de proteção ambiental no qual o Brasil possui um dos mais ricos arcabouços.

A administração pública destarte constitui-se de um processo que só existe quando assume uma forma organizada, sequencial ditada e definida de acordo com suas finalidades, metas, pressupostos e interesses que se tem em relação a um coletivo. A mesma pressupõe organização, seletividade e criteriosidade sobre o que será ou não permitido, para se projetar instrumentos que viabilize o gerenciamento de politicas publicas no intuito de levar o bem estar à sociedade e com o meio em que esta inserida, à formação dos tipos de pessoas, aludindo e definindo a forma e o conteúdo do saber que vai ser passado de pessoa a pessoa para constituir e legitimar seu mundo, visando assegurar a ordem, a homogeneidade, à sobrevivência dos diversos tipos de sociedade.

Nos dias atuais, além de ser necessário é urgente gerenciar e planejar o sistema organizacional de um estado ou nação deve-se levar um arcabouço de conhecimento para a sociedade em geral, da interação com o meio ambiente e a importância de conservá-lo e que este se dê pela educação ambiental seja no meio formal no sistema oficial de ensino e não

formal nas organizações não governamentais de maneira clara, sucinta e objetiva.

O interesse pela temática surgiu à medida que os problemas ambientais tornam-se mais visíveis e noticiados, porém as medidas entre as secretarias municipal ou entes federados e as desenvolvimentos das políticas de cunho ambiental se torna menos eficaz, planejada de acordo com os programas e normas nas esferas federal, estadual e municipal, onde trabalham de forma isolada e sem estratégias a longo, médio e curto prazo, e, os problemas ambientais se agravam no município.

Partindo do princípio para ação é necessário expor os debates e conquistas sobre o papel da educação ambiental que iniciou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo – Suécia 1972 a iniciativa ocorreu no sentido de avaliar o estado de desenvolvimento humano de maneira global, apontar indicativos para a educação do ser humano aprender a solucionar problemas ambientais existentes e definir estratégias de ação para a preservação do meio ambiente planetário (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO 2003).

Na referida conferência houve uma recomendação à criação de um Plano Internacional de Educação Ambiental – PIEA como ação de importância fundamental para o combate à crise ambiental no mundo. O PIEA estabeleceu as bases e medidas destinadas a promover o conhecimento sobre o meio ambiente global, a melhoria da qualidade de vida do homem e a preservação ambiental no contexto mundial. Em 1975 formalizou os princípios e as orientações para o PIEA na Conferência de Belgrado (Antiga Iugoslávia).

Em 1977 em Tbilisi (Antiga União Soviética) aconteceu a Conferência de Educação Ambiental que finalizou a primeira fase PIEA iniciado em 1975 pela UNESCO e Programa de Meio Ambiente da ONU, com atividades na África, Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina. A Conferência de Tbilisi é considerada um marco da Educação Ambiental e, até hoje, seus princípios e definições servem como base para a moderna Educação Ambiental, após dez anos aconteceu a II Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Moscou 1987 para avaliar os resultados de dez anos de Educação Ambiental no mundo e propor novos encaminhamentos (DIAS 2003).

Ao longo dos anos as propostas, planos e estratégias debatidas em conferências, fórum, congressos e organizadas em leis, chegam aos planos governamentais e não governamentais, porém ainda de forma muito dispersa do idealizado e formulado desde o seu marco. Desta forma, o município de Portel não está fora desta realidade, necessitando de um Plano de Educação Ambiental para o Município em sua totalidade, uma vez que as políticas

públicas socioambiental caminham de forma isolada, sendo necessário sondar a gestão municipal e as políticas de cunho socioambiental de que forma esta organizada e trabalhada nas secretarias de meio ambiente, saúde, educação e infraestrutura, considerando a importância do meio ambiente como elemento norteador da vida coletiva, sem deixar o desenvolvimento socioeconômico sustentável à parte e, como elemento norteador a educação ambiental no propósito de desenvolvimento que prime pela qualidade de vida, conservação e preservação do meio ambiente.

Partindo dessa premissa, o objetivo geral de estudo da dissertação está pautada em pesquisar como está sendo desenvolvidas as políticas públicas de educação ambiental na administração pública do município de Portel.

Os objetivos específicos são:

- Verificar como a educação ambiental esta sendo desenvolvida no município de Portel através dos gestores das secretarias de educação, meio ambiente, saúde e infraestrutura;
- Verificar quais as políticas de educação ambiental estão sendo desenvolvidos no Município de Portel;
- Identificar os fatores que implicam no desenvolvimento da educação ambiental no Município de Portel;
- Identificar se as secretarias de educação, meio ambiente, saúde e infraestrutura trabalham de forma integrada a educação ambiental;
- Verificar quais as políticas públicas de educação ambiental vem sendo desenvolvidas pelas secretarias;
- Identificar quais as legislações, diretrizes e programas a nível federal, estadual e municipal as secretarias estão desenvolvendo.

A metodologia da pesquisa é documental, bibliográfica e um estudo de caso exploratório, nas seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Educação - SEMED; Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA; Secretaria Municipal de Saúde - SMS e Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEI, optou-se por essas secretarias em detrimento as demais que compõem o organograma da prefeitura municipal por estarem ligadas diretamente nas questões socioambientais conforme o seu regimento, para isso os questionários aplicados são semi-estruturados com questões fechadas e aberta aos gestores das referidas secretarias de forma a obter uma visão mais complexa do trabalho. Partindo das informações dos conteúdos descritos nos questionários conforme as respostas, a análise de dados predominantemente foi

de forma quantitativa, fazendo a comparação das respostas dos gestores (as) entre as secretarias dos resultados obtidos.

JUSTIFICATIVA

A política ambiental de cada região depende, em primeiro lugar, da preferência social pelo meio ambiente adentrada nos regimentos e normas de cada setor ou secretaria composta nas esferas federal, estadual e municipal, também da disponibilidade de recursos financeiros, técnicos e humanos necessários ao funcionamento. Maimon (1996) “A preferência social pelo meio ambiente demarca o nível de poluição socialmente aceitável, isto é, quanto de incômodo à sociedade está disposta a suportar e, sobretudo, qual a contrapartida de recursos que está disposta a abrir mão para melhorar seu meio ambiente”. Essa preferência é diferente entre regiões e classes sociais, depende das crenças, ideologias, culturas e dos conflitos de interesses dos envolvidos, tais como, o setor público, o setor privado, a sociedade civil e militar e as organizações não governamentais, ou seja, um conjunto de entes para que as políticas públicas sejam desenvolvidas na sua totalidade conforme elas foram pautadas e normatizadas com interface na gestão ambiental devem ser predominantemente estratégias de eco-desenvolvimento sustentável envolvendo as principais secretarias, cuja estrutura organizacional configura-se na administração pública municipal, as quais são: Educação; Meio Ambiente; Saúde e Infraestrutura.

Nesta perspectiva o projeto visa contextualizar o gerenciamento de gestão na condução da educação ambiental dentro das principais secretarias citadas da administração pública do município de Portel fazendo um paralelo através das secretarias que desenvolvem a temática ambiental, ou deveria perpassá-la conforme sua estrutura organizacional e diretriz a nível Estadual e Federal, pois o município, assim como as demais cidades brasileiras e global, urge de uma política pública eficaz no que concerne o meio ambiente, destacando-se a educação ambiental como plano central, metas e estratégia para amenizar os problemas de cunho socioambiental. Tal pressuposto é indispensável na administração pública e seu gerenciamento, ao qual a educação ambiental deve nortear as políticas publica nos programas governamentais e não governamentais em diferentes esferas, neste sentido a gestão deve nortear seu planejamento estratégico voltado para uma práxis pedagógica pautada na legislação ambiental brasileira que ainda é desconhecida da grande maioria dos brasileiros pelo fato de ser nova e também muito esparsa, ela foi se constituindo aos poucos conforme os problemas ambientais foram surgindo, tornando-se um emaranhado de normas que dificulta ao cidadão comum o acesso à mesma.

Portanto, a educação ambiental tem um papel fundamental na tomada de consciência

da co-responsabilidade da coletividade na proteção ambiental e, conseqüentemente, contribui para a democratização das decisões ambientais, neste sentido, a pesquisa será pautada na política pública ambiental, quais os mecanismos de difusão e acesso às normas já citadas a população e que a finalidade não seja abordar profundamente a parte jurídica, e sim apresentar algumas normas que devem ser de conhecimentos de todos como um ponto de partida para informar, orientar e educar o cidadão, sobre os direitos que já lhe são assegurados pela legislação, proporcionando assim o conhecimento básico de seus direitos e obrigações na área ambiental, mas de forma pedagógica, difusa nos meios de comunicação, tais princípios são fundamentados nas três esferas governamentais, legislações e programas, faltando sistematizá-las.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Panorama de Gestão Pública, Privada e o Terceiro setor.

1.1 – sinopse da história da administração.

Ao falar de gestão seja ela pública, priva e do terceiro setor, se faz necessário abordar um pouco da história da administração que para Chiavenato é recente:

“Ela é um produto típico do século XX. Na verdade, a Administração tem pouco mais de cem anos e constitui o resultado histórico e integrado da contribuição cumulativa de vários precursores, filósofos, físicos, economistas, estadistas e empresários que, no decorrer dos tempos, foram, cada qual em seu campo de atividades, desenvolvendo e divulgando suas obras e teorias. Por isso, a moderna Administração utiliza conceitos e princípios empregados nas Ciências Matemáticas (inclusive a Estatística), nas Ciências Humanas (como Psicologia, Sociologia, Biologia, Educação etc.), nas Ciências Físicas (como Física, Química etc.), como também no Direito, na Engenharia, na Tecnologia da Informação etc.” (Chiavenato, 2006, p 26)

Ao longo dos tempos e à medida que ocorre mudança na sociedade, as formas de administrar e gerir empresas, organizações governamentais e não governamentais, ganham novos conceitos, visão, reformulações quebrando paradigmas de acordo com a evolução da humanidade. Esse contexto se faz necessário aos moldes da evolução e do mundo globalizado, pois são feitos debates em encontros científicos, acadêmicos, em audiências, em rodas de conversas, dentre outros que se convergem com os avanços das tecnologias, informações, e globalização em todos os campos do saber.

Levando em consideração as mudanças e fatores acima descritos, a administração deve se adaptar as complexidades de cada período ou época, se tornado uma das áreas mais importantes no labor e atividades desenvolvidas pelo ser humano. Antes de abordar resumidamente sua história, é importante conceituar a administração na visão de alguns autores que de acordo com Chiavenato define-a “a palavra vem do latim ad (direção para, tendência) e minister (subordinação ou obediência) e significa aquele que realiza uma função abaixo do comando de outrem, isto é, aquele que presta serviço a outro)” (Chiavenato, 1997; p.12), outra definição descrita por Kwasnicka “administração é a atividade que utiliza métodos da ciência para tomar decisões e estabelecer cursos de ação” (Kwasnicka, 1988; p. 6), já para Stoner administração é o “processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o trabalho dos membros da organização, e usar todos os recursos disponíveis da organização para alcançar objetivos estabelecidos” (Stoner 1999; p.4), nas palavras de Maximiano “é o processo que tem como finalidade garantir a eficiência e eficácia de um sistema ou

organização” (Maximiano, 1995; p. 60), Robbins & Decenzo descrevem a administração como “o processo de fazer com que as coisas sejam executadas, com eficácia e eficiência, por meio de outras pessoas e com elas” (Robbins & Decenzo, 2004; p.6) e para Daft “a administração é a realização dos objetivos organizacionais de uma forma eficaz e eficiente, através do planejamento, organização, liderança e controle dos recursos organizacionais” (Daft, 1999; p.5) e finalizando com Chiavenato diz que:

“Administração é a aplicação de técnicas com o intuito de estabelecer metas e operacionalizar o seu alcance pelos colaboradores participantes das organizações a fim de que se obtenha resultados que satisfaçam as necessidades de seus clientes assim como as suas próprias”. (Chiavenato, 1997, p.10).

As diversas definições elencadas nos autores, afirma o que ao longo da história a administração perpassa por modificações conceituais para a melhoria da gestão pública, privada ou no terceiro setor, pois administração nos dias atuais requer planejamento e organização individual e coletiva, traçando metas e objetivos a serem alcançados na eficiência e eficácia de acordo com os meios, fins, missão e visão de órgãos, empresas ou repartições.

Neste sentindo, a história da administração configurou-se de maneira rudimentar ao científico, datada antes e depois de cristo, pois se a administração é a forma de organização, convivência e liderança, podemos citar como exemplo a bíblia, quando relata em suas passagens o modo de vida, sistema organizacional e liderança entre os povos em cada época e na pré-história com desenhos rupestres, parábolas e construções erigidas da antiguidade. De fato, ao longo da história a administração foi se construindo, se moldando nas diversas formas de organizações rusticas ou sofisticadas em cada época e sociedade, fatos históricos, registros e influencias dos povos, podemos citar as influencias recebida dos filósofos, da organização da igreja católica, da organização militar, da revolução industrial, dos economistas liberais, dos pioneiros e empreendedores que abaixo estão descritas¹:

1. Influência dos filósofos: Sócrates (470 a.C. – 399 a.C.) a administração como habilidade pessoal separada do conhecimento técnico e da experiência; Platão (429 a.C – 347 a.C) a administração vista na sua obra A República como forma de democrática de governo e de administração dos negócios públicos ; Aristóteles (384 a.C – 322 a.C) em seu livro Política versa sobre a organização do Estado em suas três formas de administração pública: Monarquia, Aristocracia e Democracia; Francis Bacon (1561 – 1626) administração como

¹ Chiavenato - Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7ª. ed.

princípio da prevalência do principal sobre o acessório; René Descartes (1596 – 1650) em seu livro *O Discurso do Método* que descreve o método cartesiano cujo princípios são quatros: Princípio da dúvida sistemática ou da evidência, Princípio da análise ou de decomposição, Princípio da síntese ou da composição e Princípio da enumeração ou da verificação; Thomas Hobbes (1588 – 1679) no livro *Leviatã*, assinala que o povo renuncia a seus direitos naturais em favor de um governo que, investido do poder a ele conferido, impõe a ordem, organiza a vida social e garante a paz; Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) desenvolveu a teoria do Contrato social, onde o Estado surge de um acordo de vontades; Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895) propõem uma teoria da origem econômica do Estado.

2. Influência da Organização da Igreja Católica: Sua maneira de organização eclesiástica e militar aprofundou o pensamento administrativo, contraditório aos objetivos de cada partido, dirigente ou classe social, como era em Atena, Roma, dentre outras.

3. Influência da organização militar: Influenciou no aparecimento das teorias da administração, contribuiu com alguns princípios como na organização, disciplina, comando, responsabilidades, táticas, estratégias, assimilação, incorporação, hierarquia e o princípio da direção.

Alguns nomes fundamentais que emergiram os objetivos administrativos militares: Sun Tzu, general filósofo chinês há 2.500 anos, escreveu um livro sobre a arte da guerra que aborda a preparação de planos, táticas, manobras, dos pontos fortes e fracos do inimigo, da preparação do ambiente, postura e organização do exército; Napoleão Bonaparte 1769 – 1821 general autocrata, abordou novos princípios em organização, planejamento e controle, passou à centralizar o comando e à descentralizar a execução e; Karl von Clausewitz general prussiano 1780 – 1831 considerado o pai do pensamento estratégico, escreveu no início do século XIX um tratado sobre a guerra e os princípios de guerra e sobre como administrar os exércitos em períodos de guerras, considerava a disciplina requisito básico para uma boa organização, focada no planejamento, decisões pautadas científicas e não intuitivas, para amenizar os efeitos.

4. Influência da revolução industrial: No contexto industrial, tecnológico, social, político e econômico que permitiu o surgimento da teoria administrativa, onde a organização e a empresa moderna nasceram da revolução industrial nos fatores da ruptura das estruturas corporativas da idade média, do avanço tecnológico e a aplicação dos progressos científicos à produção e a substituição do tipo artesanal para o industrial de produção.

A revolução iniciou na Inglaterra, dividida em duas épocas, a Primeira Revolução Industrial ou Revolução do Carvão e do Ferro em 1780 – 1860 e a Segunda Revolução Industrial ou do Aço e da Eletricidade em 1860 – 1914. A Primeira Revolução Industrial passou por quatro fases distintas: Primeira fase da Mecanização da indústria e agricultura, a segunda fase a Aplicação da força motriz à indústria, a terceira fase o Desenvolvimento do sistema fabril e a quarta fase do Espetacular aceleração dos transportes e das comunicações; já na Segunda Revolução Industrial foi marcada por sete características: A primeira substituição do ferro pelo aço como material industrial básico, a segunda substituição do vapor por eletricidade e derivados do petróleo como fonte de energia, a terceira desenvolvimento da máquina automática e da especialização do trabalhador, a quarta crescente domínio da indústria pela ciência, a quinta transformações radicais nos transportes e nas comunicações, a sexta o desenvolvimento de novas formas de organização capitalista (capitalismo financeiro: Dominação da indústria pelas inversões bancárias e instituições financeiras e de crédito; Formações de imensas acumulações de capital proveniente de trustes e fusões de empresas; Separação entre a propriedade particular e a direção das empresas e aparecimento das holding companies para coordenar e integrar os negócios) e sétima a expansão da indústria desde a Europa até o Extremo Oriente.

A revolução industrial foi preponderante na história da administração, pois com ela houve o surgimento das fábricas, indústrias e empresas, crescimento das cidades e o aumento das necessidades em relação a administração pública, surgimentos de sindicatos, início do marxismo, doutrina social da igreja no conflito entre capital e trabalho, primeiras experiências na administração de empresas, a consolidação da administração como área do conhecimento e início da era industrial que perdurou até o século XX.

5. Influência dos economistas liberais: baseado no liberalismo, a vida econômica deve afastar-se da influência estatal, com princípios econômicos sujeitos a mão de obra as mesmas leis da economia, do mercado de matérias primas e do comércio industrial, ou seja, as ideias liberais precedem do direito natural, onde os bens naturais, sociais e econômicos possuem caráter eterno e inalienável. Suporte para o aparecimento de alguns princípios de administração com aceitação posteriormente tais como a de Adam Smith fundador da economia clássica onde a ideia central é a competição, Karl Marx e Friedrich Engels criadores do socialismo científico e do materialismo que promoveram o surgimento do socialismo e do sindicalismo.

6. Influência dos pioneiros e empreendedores: Surgimento e organização das empresas, desbravamento de territórios, urbanização e consumo fortalecendo a indústria e comércio, integração vertical nas empresas, primitivos impérios industriais, gerentes profissionais, organizações próprias de vendas e treinamentos de vendedores ao qual hoje denominamos de marketing, maior eficiência na produção em compras, distribuição e vendas, redução de custos, procura de novos mercados e diversificação de produtos, surgimento de empresa integrada e multidepartamental, controle de mercado de distribuição, competições e concorrências, organização de empresas modernas, fusões de empresas. Fundamental para a criação das condições básicas para o surgimento da teoria administrativa que estava se consolidando.

Após as influências que houve ao longo da história, surgiram às teorias da administração no século XX que despontou as mais variadas teorias administrativas como a Clássica, a Científica, a Neoclássica, a Burocracia, a Estruturalista, as das Relações Humanas, a do Comportamento Organizacional, a do Desenvolvimento Organizacional, a Estruturalista e a da Contingência, a das Novas Abordagens na Administração.

A tabela abaixo descreve um resumo das principais teorias da administração e enfoques, conforme Chiavenato² (2003 p.40).

Tabela 1. As principais teorias administrativas e seus principais enfoques.

ENFASE	TEORIAS ADMINISTRATIVAS/ ANO	PRINCIPAIS ENFOQUES
Nas Tarefas	Administração Científica – 1903	Racionalização do trabalho no nível operacional.
Na Estrutura	Teoria Clássica – 1916	Organização formal.
	Teoria Neoclássica - 1954	Princípios gerais da administração. Funções do administrador.
	Teoria da Burocracia – 1909	Organização formal burocrática. Racionalidade organizacional

² Na realidade, cada teoria administrativa surgiu como uma resposta aos problemas empresariais mais relevantes de sua época. E, nesse caso, todas elas foram bem-sucedidas ao apresentarem soluções específicas para tais problemas. De certo modo, todas teorias administrativas são aplicáveis às situações atuais e o administrador precisa conhecê-las bem à sua disposição um naipe de alternativas adequadas para a situação.

	Teoria Estruturalista – 1947	Múltipla abordagem: Organização formal e informal. Análise intra-organizacional. e análise interorganizacional.
Nas Pessoas	Teoria das Relações Humanas - 1932	Organização informal. Motivação, liderança, comunicações e dinâmica de grupo.
	Teoria do Comportamento Organizacional – 1957	Estilos de administração. Teoria das decisões. Integração dos objetivos organizacionais e individuais.
	Teoria do Desenvolvimento Organizacional – 1962	Mudança organizacional planejada. Abordagem de sistema aberto.
No Ambiente	Teoria Estruturalista - 1947	Análise intra-organizacional e análise ambiental. Abordagem de sistema aberto.
	Teoria da Contingência – 1972	Análise ambiental (imperativo ambiental). Abordagem de sistema aberto.
Na Tecnologia	Teoria da Contingência – 1972	Administração da tecnologia (imperativo tecnológico).
Na Competitividade	Novas Abordagens na Administração - 1990	Caos e complexidade. Aprendizagem operacional. Capital intelectual.

Fonte: Elaborado a partir da leitura da Teoria Geral da Administração – Chiavenato 2003

Neste contexto, as perspectivas administrativas foram evoluindo conforme cada época, exigências do mercado, formas de organização privada e pública e a globalização.

1.2 – Administração Pública.

As formas de administração, organização, planejamento, direção e controle se dá na administração, privada, pública e no terceiro setor, mas com suas especificidades e legislações próprias.

A administração pública pautada nas teorias administrativas e reformas são acompanhadas por mudanças pela busca de um modelo de gestão pública que consiga conciliar as questões como custos e satisfação dos usuários, proporcionando um equilíbrio entre ambas e permitindo que o serviço público atinja seus objetivos (Keinert, 2007; p 56).

Para maior entendimento sobre a conceituação de administração pública, o plano diretor da reforma do aparelho do estado em 1995 menciona que todo o aparelho do estado pré-orientando à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas, ou seja, a relação entre a organização e planejamento das gestões governamentais e a sociedade que para Perez (2004; p. 18) a administração assume hoje a função de harmonizar o comportamento dos atores sociais, procurando ser mais transparente, distanciando-se dos modelos burocráticos puramente gerenciais e neoliberais.

Neste sentido a administração pública tem três princípios: constitucionais ou básicos, em princípios fundamentais e em princípios gerenciais.

Os princípios constitucionais ou básicos que dão direcionamento e controle a administração são:

Legalidade: está associada à gestão pública em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilização;

Impessoalidade: qualquer atividade de gestão pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem a determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza;

Moralidade: os atos e as atividades públicas devem obedecer aos princípios morais;

Publicidade: torna obrigatória a divulgação dos atos, contratos e outros documentos da administração pública para conhecimento, controle e início de seus feitos, este princípio se deve a Lei de Responsabilidade Fiscal que exige maior transparência a gestão pública.

Finalidade: impõe-se a administração pública a pratica de atos voltados para o interesse público;

Continuidade: os serviços públicos não podem parar, pois as necessidades da população não param;

Indisponibilidade: o detentor da disponibilidade dos bens e direitos públicos é o Estado, e não seus servidores;

Igualdade: todos os cidadãos são iguais perante a lei e, portanto, perante a administração pública. (Gasparini, 2003; p. 8)

Os princípios da administração pública são de suma importância na identificação, pois nos dispositivos legais em vigor e do seu perfeito entendimento pelo gestor público, está no fato de que eles norteiam e estruturação o funcionamento das atividades administrativas públicas. (Nogueira 2005; p.4).

Ainda neste preceito, outros princípios fundamentais e indispensáveis para o funcionamento da administração pública são:

Planejamento: que retrata o estudo e estabelecimento de diretrizes e metas que deverão orientar a ação governamental, por meio de um plano geral de governo, programas globais, setoriais e regionais de duração plurianual, de orçamento programa anual e de programação financeira de desembolso;

Coordenação: com intenção de harmonizar todas as atividades da administração, submete-as ao que fora planejado e visa poupar desperdício;

Descentralização: administrativa divide funções entre vários órgãos de mesma administração, sem aferir a hierarquia, através da delegação de execução de serviço;

Delegação: Esta tem a intencionalidade de transferir atribuições decisórias a seus subordinados, mediante ato próprio que indique a autoridade delegante, tem caráter facultativo e transitório, apoiando-se em razões de oportunidades, conveniência e capacidade do delegado;

Controle: pretende o controle de execução e norma específica é feito pela chefia competente; controle do atendimento das normas gerais reguladoras do exercício das atividades auxiliares são organizadas sob a forma de sistemas (pessoal, auditoria) realizada pelos órgãos próprios de cada sistema; controle de aplicação dos dinheiros públicos é o próprio sistema de contabilidade e auditoria realizado, em cada Ministério, pela respectiva Secretaria de Controle Interno. (Meirelles; 2000, p.6)

Alguns autores salientam dentro da contabilidade a importância que ocorre nos métodos e variações patrimoniais públicas, como por exemplo, os processos de licitações e

nos contratos, pois irão nortear as compras e contratações na administração pública que para Carneiro (2010; p. 10).

Para Santos (2006; p. 9) e também Silva (2007, p; 6) a administração pública pode-se classificar, de maneira resumida em três níveis distintos:

- a) atos de governo, que se situam na órbita política;
- b) atos de administração, atividade neutra, vinculada à lei;
- c) atos de gestão, que compreendem os seguintes parâmetros básicos:
 - I- tradução da missão;
 - II- realização de planejamento e controle;
 - III- administração de R. H., materiais, tecnológicos e financeiros;
 - IV- inserção de cada unidade organizacional no foco da organização; e
 - V- tomada de decisão diante de conflitos internos e externos.

Nesse sentido, Carneiro 2010, p; 10 elucida a administração pública como:

A administração pública é influenciada pelo contexto cultural e político dos países e também, sobretudo, pelo sistema legal, onde existem estado, órgãos encarregados exercício de funções administrativas e existe em leis que apoiam essas funções, cada país obedece a um sistema jurídico específico que pode se diferenciar tanto pela escolha de origem quanto pelas adaptações sofridas e pela história de cada país (Carneiro 2010, p. 10).

A administração pública envolve um conjunto de ações preliminares de organização e planejamento das necessidades mútuas entre a sociedade, de acordo com recursos necessários à satisfação dessas necessidades, normatizadas em legislações, consequentemente normatizadas para maior eficiência e eficácia nos resultados dos objetivos institucionais para o individual e coletivo.

A gestão pública para ser mais eficiente e eficaz, na concepção de Osborne e Gaebler (1992), em suas análises sobre gestão pública nos Estados Unidos da América, defende a necessidade do setor público atuar de forma mais eficaz na prestação direta de serviços para a população, e delegando a realização destes serviços para o setor privado ou para organizações não governamentais (ONG) ao qual a gestão pública para ser mais eficaz deve utilizar os mesmos métodos da gestão privada para atingir este intento (Osborne e Gaebler 1992; p.78).

Neste contexto, as linhas a seguir abordam a administração privada e o terceiro setor como elo de gestão administrativa na organização e contribuição na sociedade, fechando um ciclo de administração nos vários ramos das ciências de mercado de trabalho, gestão das cidades, estados e nações.

1.3 – Administração privada.

As empresas privadas e suas administrações ao longo da história foram crescendo e se organizando conforme as épocas e teorias, o marco principal se deu com a revolução industrial, onde surgiram as grandes empresas e fusões de acordo com o mercado de capital que em 1776, Adam Smith mencionou em sua obra *the wealth of nations*.

O conceito de empresa conforme Asquini “faz parte de um fenômeno econômico poliédrico, que teria, no aspecto jurídico, não um, mas diversos perfis em relação aos diversos elementos que o integram”. (Asquini, 1996; p. 109).

Para Ferreira a empresa é:

São três círculos, um maior, um médio e um pequeno, todos com um mesmo e único centro imaginário. O círculo menor representa os estabelecimentos. O médio, a empresa. O maior, representa o empresário, ou seja, a pessoa natural ou jurídica, sob cuja vontade se forma o estabelecimento e se movimenta a empresa. (Ferreira 1961; P. 45).

A atividade empresarial organizada é decorrente do interesse de se atender à demanda da sociedade, por bens e serviços, sejam eles essenciais e indispensáveis à sobrevivência ou meros instrumentos de satisfação de necessidades forjadas por intermédio dos meios de comunicações (Vázquez, 2003; p. 221).

De acordo com Coelho 2004 a administração empresarial é:

O Direito Comercial cuida do exercício dessa atividade econômica organizada de fornecimento de bens ou serviços, denominada empresa. Seu objeto é o estudo dos meios socialmente estruturados de superação dos conflitos de interesses envolvendo empresários ou relacionados às empresas que exploram. As leis e a forma pela qual são interpretadas pela jurisprudência e doutrina, os valores prestigiados pela sociedade, bem assim o funcionamento dos aparatos estatal e paraestatal, na superação desses conflitos de interesses, formam o objeto da disciplina. (Coelho, 2004; p. 4.).

Para Marques “o setor privado faz o uso da governança corporativa para ser mais competitivo, enquanto o setor público utiliza para agregar um conjunto de processos que asseguram a prestação de contas das organizações públicas.” (Marques, 2007; p. 11)

Comparando a administração pública e privada, ambas são norteadas conforme a demanda, mercado e legislação própria que com alguns aspectos próprios que a tabela 2 a seguir apresenta as diferenças:

Tabela 2 – Organização e funcionamento da administração pública e privada.

TIPOS	PÚBLICO	PRIVADO
Obtenção de Recursos	Receitas derivadas de	Receitas advindas de

Marlieth Corrêa da Silva
GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da
Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará

	tributos como impostos, taxas e contribuições; caráter compulsório, sem uma necessária contrapartida em termos de prestação direta de serviços.	pagamentos feitos por livre e espontânea vontade por parte dos clientes, ou seja, consumidores dos produtos e serviços.
Destinatários	O cidadão que faz parte da sociedade possui direitos e deveres, interesses coletivos, sociais e difusos.	O cliente, indivíduo que manifesta escolhas no mercado, interesses particulares, privados e individualizados.
Controle e Desempenho	Controle político, por meio de eleições periódicas dos governantes.	Controle pelo mercado, através da concorrência com outras organizações, empresas, entre outras.
Ordenamento Jurídico	O que não está juridicamente determinado está juridicamente proibido, pois segue o princípio da Legalidade; preponderância de normas de direito público, ou seja, o Constitucional e Administrativo.	O que não está juridicamente proibido está juridicamente facultado; preponderância de normas de direito privado, ou seja, contratual, direito civil e direito comercial.
Garantia de Sobrevivência	Tempo de existência indeterminado, pois o estado não vai a falência.	A sobrevivência depende da eficiência organizacional, pois a competitividade é acirrada no mercado.
Tomada de Decisão	Mais lentas e influenciadas por variáveis de ordem política, pois as políticas públicas de acordo com os programas de governo.	Mais rápidas, buscando a racionalidade, pois as políticas empresariais são voltadas para objetivos de mercado.

Modo de criação, Alteração ou Extinção.	Através de lei	Através de instrumento contratual ou societário
---	----------------	---

Fonte: Elaborado a partir da leitura no site: <http://centraldefavoritos.wordpress.com>

1. 4 – Administração do terceiro setor.

A administração no terceiro setor nas ultimas décadas cresceu, relacionado com as administrações públicas e privadas no fortalecimento da melhoria social em diversos seguimentos a fim de atender uma demanda social que a cada dia cresce. Ele é composto por organizações sociais sem fins lucrativos, mantidas muitas das vezes por participações voluntárias e financiada por parcerias entre o setor público e privado.

Fernandes diz que:

“Historicamente o conceito de terceiro setor na América Latina é tratado por reunir atividades distintas, tais como comunidade, movimentos sociais nos anos 70, no contexto dos regimes autoritários; cidadania e sociedade civil, no âmbito dos processos de democratização da década de 80; sem fins lucrativos e não-governamental, nos anos mais recentes.” (Fernandes, 1994; p. 31-32)

Também vale ressaltar que “o terceiro setor surgiu na primeira metade do século passado, nos Estados Unidos” (Froes, 1999, p. 5), assim os demais países foram adotando o modelo de administração social sem fins lucrativos.

Em 1996 no Brasil, intensificaram-se os debates acerca dos movimentos da sociedade civil organizada, liderada pelo conselho comunidade solidaria criado em 1995 para o fortalecimento da sociedade civil e na interlocução política e de programas inovadores. Nesse período de debates culminou a aprovação de uma nova regulação para o terceiro setor.

O novo marco legal do terceiro setor ocorreu com a lei de n. 9.790/1999 que introduziu importantes alterações como os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, reconhecendo outras áreas de atuações sociais que antes não eram contempladas legalmente, as novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições de direito público e privado, e a possibilidade de remuneração do representante ou dirigente das instituições sem fins lucrativos.

O terceiro setor possibilitou as relações públicas atuando e desenvolvendo planejamentos estratégicos e ações sociais, as atividades planejadas por projetos para captar recursos que são desenvolvidas no meio social.

Para Kunsch as relações públicas são:

“A aplicação de relações públicas nas organizações exige conhecimento e se processa por meio de etapas e num contínuo

encadeamento de questões, ideias, buscas etc. para encontrar os melhores caminhos com vistas na eficácia das ações futuras traduzidas ou materializadas em planos, projetos e programas.” (Kunsch, 2003; p.325)

Assim o terceiro setor caminha junto às organizações públicas e privadas, vistas o social sem fins lucrativos, também regidos por formatos jurídicos, normas, serviços, prestações de contas, público alvo, abrangência, classificação e planejamento com responsabilidades sociais. As tendências e parcerias crescem a cada ano no mundo, porém os desafios são muitos, mas que se forem desenvolvidas com responsabilidade e comprometimento os obstáculos são superados e quem ganha é a sociedade.

Portanto, a definição do terceiro setor é definida nas palavras de Alves citada por Froes (1999) que conceituam o primeiro setor cabendo ao estado, já o segundo setor são as empresas privadas ou instituições visando o lucro e o terceiro setor são as organizações não-governamentais e não-lucrativas, fundações, associações, instituições e voluntariados.

2. Gestão Ambiental, Legislações e a Educação Ambiental.

As gestões administrativas públicas, privadas e no terceiro setor foram evoluindo seus perfis, estruturas, gerenciamentos, planejamentos, ações, eficiência e eficácia conforme o delineamento antrópico e social de cada época e década, principalmente nos últimos anos com a era tecnológica em meio a globalização.

A gestão ambiental não foi diferente nas diversas formas de administrações na sociedade, principalmente em meios aos problemas socioambientais decorrentes das atividades antrópicas com os recursos naturais, surgindo assim a necessidade de gerir o meio ambiente de forma específicas, com legislações e planejamentos imbuídos de preocupações planetárias para com as presentes e futuras gerações, como também os fatores abióticos perfazendo a harmonia e sobrevivência do planeta.

Para Rocha 2007 há uma necessidade de envolver um maior numero de países no comprometimento com as questões ambientais e o futuro das sociedades. Dessa forma Rocha enfatiza a preocupação com marco em:

“As conferências sobre meio ambiente iniciadas com maior relevância a partir da conferência de Estocolmo, em 1972, aceleraram as discussões sobre os problemas ambientais no planeta, com ênfase no rápido crescimento populacional e na pressão sobre os recursos naturais. Essas discussões incorporadas à sociedade colocaram em xeque a forma como esta vinha e vem utilizando os recursos naturais e colocando em risco as sociedades locais.” Rocha, (2007; p. 42).

Desta forma, as políticas socioambientais foram norteadas e são administradas para uma boa condução e regulação da exploração dos recursos naturais e impactos decorrentes da do uso sem controle.

2.1 – O desenvolvimento da gestão ambiental no Brasil.

O ordenamento ambiental propostos em discussões a nível global fundamentou a organização socioambiental e as políticas publicas de cunho ambiental nas gestões privadas e públicas, possibilitando as esferas federal, estadual e municipal se organizarem e executarem seus trabalhos.

As abordagens dos autores a seguir mencionam a periodização da gestão ambiental no Brasil que para Cunha e Coelho:

“É possível identificar três grades momentos na historias das politicas ambientais no Brasil: a) um primeiro período, de 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; b) um segundo período, de 1972 a 1987, em que a ação intervencionista do estado chega ao ápice, ao mesmo tempo em que aumenta a percepção de uma crise ecológica global; um terceiro período, de 1988 aos dias atuais, marcado pelos processos democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.” (Cunha e Coelho, 2003, p. 248)

Já para Maimon elenca três períodos:

“O desenvolvimento da política ambiental no país esteve marcado por três grandes momentos. O primeiro ocorreu durante a década de 1970, ainda muito tímido e marginal diante do forte discurso desenvolvimentista implementado na época. Um segundo ocorreu na década de 1980 pela difusão da conscientização e formulação da legislação ambiental. E o último. Que se inicia nos anos de 1990, mais exatamente no governo Collor, em que se apresenta um descompasso entre o discurso e a ação,” (Maimon, 1992; p. 59)

Para (Bordalo, 2007) no Brasil, a implantação das primeiras ações ambientais foi desenvolvida na década de 30, durante o governo do presidente Varga, como a criação em 1934 do Código das Águas e do Código Florestal, levando a adoção de normas para a apropriação e exploração dos recursos hídricos e florestais. Mais tarde por outras como a criação da legislação de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional em 1937, do Código da Pesca em 1938 e do Código de Mineração em 1940, e a principal ação ambiental desenvolvida foi a criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937 um marco histórico na adoção de praticas conservacionistas, dando sequencia à criação de vários em diante.

Nesse contexto, foram criadas leis, decretos, ações, secretarias e políticas ambientais que vale enfatizar a consolidação da gestão ambiental brasileira com a criação da Constituição

Federal de 1988 traz um capítulo sobre o meio ambiente. Da Ordem Social seu capítulo 6 Título VIII e art. 225 “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações ” (Brasil, 1989).

Dessa forma, a constituição fez as políticas públicas ambientais se entrelaçarem nas três esferas da federação: União, Estados e Municípios, pautadas nas garantias da qualidade socioambiental com coparticipação e responsabilidades na efetivação de direitos e deveres coletivos.

2.2 – Legislação Ambiental: Um cenário vigente no Brasil a Nível Federal, Estadual e Municipal.

Antes de adentrar na abordagem sobre Legislação Ambiental é necessário um entendimento da noção de meio ambiente, conceituados por autores que expõem os elementos formadores, como funcionam os processos e as interações ecológicas para poder elaborar pena e utilizar as leis e normas ambientais.

2.2.1 - Conceito de meio ambiente e legislação ambiental e seu respectivo histórico.

Para Brasil & Santos (2006) “definem que Meio Ambiente como o conjunto de todas as condições físicas, químicas e biológicas que cerca e afeta a existência, o desenvolvimento e o bem está de um ser vivo, uma condição ou uma comunidade entre as quais: atmosfera, solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e os outros organismos”.

Já os operadores do direito ambiental, destacam-se três concepções: 1) uma concepção ecológica dizendo que é a combinação de todas as coisas e fatores externos aos indivíduos ou população de indivíduos em questão (Nebel & Milaré 2001); 2) a Lei 6.938/81(Política Nacional de Meio Ambiente) definindo como o conjunto de condições leis influencias e interações de ordem química física e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; 3) um conceito formulado pelo Jurista José Afonso da Silva atribuindo que é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais, e culturais que propiciam o desenvolvimento da vida e todas as suas formas. Vale ressaltar que as diversas concepções de meio ambiente, umas mais abrangentes outras mais simples, mais todas significativas que na verdade nenhuma delas é completa, precisa e acabada, pois, as concepções podem apresentar as diversas formas positivas para inúmeras interpretações.

Leite & Paula atentam que qualquer que seja o conceito que se adotar, “o meio ambiente abrange sem dúvida o homem e a natureza, com todos os seus elementos desta forma se um dano ocorrer ao meio ambiente, ele se estende a coletividade humana,

considerando se tratar de um bem difuso independente” (Leite & Paula, 2001, p.66). Ainda nesta linha de pensamento Fiorillo (2003) elucida que a divisão do meio Ambiente em aspecto que o compõe busca facilitar a identificação da atividade degradante e do bem imediatamente agredido.

A Doutrina Jurídica atualmente utiliza uma classificação para o meio ambiente:

1. Meio Ambiente Natural, composto pela atmosfera, águas (subterrâneas e superficiais, mar territorial), solo e subsolo, fauna e flora e o patrimônio genético;
2. Meio Ambiente Artificial, compreendido pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações (chamado de espaço urbano fechado), e pelos equipamentos públicos (espaço urbano aberto)” (Fiorillo, 2003, p.21);
3. Meio Ambiente Cultural, formado pelo patrimônio artístico, paisagístico, arqueológico, histórico e turístico. (Constituição Federal art. 216) e;
4. Meio Ambiente do Trabalho, constituído pelo ambiente local, no qual as pessoas desenvolvem suas atividades laborais, remuneradas ou não remuneradas. (Fiorillo, 2003 p. 23).

De acordo com o entendimento de meio ambiente e neste contexto, é abordada a legislação ambiental nas palavras de Brasil & Santos (2006) que é entendida como um conjunto de normas que visam à proteção ambiental elaboradas pelo Município, Estado, União e Países. Neste contexto, é importante contextualizar como surgiram as legislações no Brasil que Silva et al (2010) abordam que as primeiras leis ambientais foram importadas de Portugal, fato este que segue na contramão do pensamento equivocado de que nosso país colonizador não tinha nenhum tipo de preocupação com as questões ambientais, onde o Brasil foi colonizado pelos portugueses e que essa colonização foi responsável pela devastação que deixou como legado, impactos ambientais de grande extensão: o massacre da cultura indígena tradicional, a derrubada de florestas nativas, a extração indiscriminada de recursos naturais a monocultura dentre outras. No entanto, Figueira (2007) naquela época Portugal já possuía um conjunto de leis de proteção de seus próprios recursos naturais, e por esta razão o Brasil mesmo na condição de país colonizado acabou sendo inserido nesse contexto beneficiado, de certo modo, por algumas normas de caráter ambiental.

A primeira legislação adotada no Brasil colônia foi uma compilação, a Ordenações Afonsinas vigente em Portugal desde 1446. Em 1514 foi concluída a compilação de leis denominadas Ordenações Manuelinas que passou a vigorar no Brasil, fatos históricos importantes aconteceram como a instituição do Governo Geral de 1548, pois um dos objetivos

foi o combate ao contrabando do Pau-Brasil e a contensão dos ataques ingleses à Amazônia, considerados um marco de nascimento de direito ambiental brasileiro ao qual passou a expedir normas e leis próprias, impulsionando o desenvolvimento da legislação ambiental (Magalhães, 2002).

Em 1824 após a proclamação da independência foi promulgada a primeira Constituição Federal brasileira onde não foi elaborada nenhuma disposição sobre proteção ambiental foi feita apenas uma referência à proteção da saúde. Apenas em 1850 houve a promulgação de uma lei que instituiu inovações em matéria ambiental a lei de nº. 601, sendo a primeira lei de terras no Brasil “produto este das idéias de José Bonifacio” a qual resultou a formação das propriedades rurais. Essa legislação trouxe inovações de grande importância ecológica, pois instituiu o principio da responsabilidade por dano ambiental, fora do âmbito da legislação civil, este principio é de suma relevância e vigora nas leis atuais de proteção ambiental (Magalhães, 2002 p.34-35).

O Brasil continuava a passar por mais uma mudança que em 1889 a 1988, apresentava períodos que se delimitavam, nos quais se destacam:

1. Evolução do Direito Ambiental onde foi instituído o decreto de número 8.843, de 26 de junho de 1911 criando a primeira reserva florestal do Brasil; 1973 criação da Secretária Especial do Meio Ambiente (SEMA) e a lei de número 6.902 ao qual criou as estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental;

2. Momento de Consolidação do Direito Ambiental teve como seu marco a Lei de nº. 6.938/81 a qual criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) que instituiu a política nacional de meio ambiente e;

3. O aperfeiçoamento do Direito Ambiental em 1988 com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em vigor, ao qual trouxe em seu bojo um capítulo dedicado ao meio ambiente não somente ao natural, mas o artificial, cultural e do trabalho.

De acordo com o Programa de Educação Continuada no curso de Direito Ambiental (2008) afirma que cada uma das expressões e palavras que constitui o capítulo e artigos da constituição, guarda um significado peculiar que pode ser analisado separadamente para que se possa compreender a importância e o alcance das suas exposições. Neste sentido foram promulgadas as leis ambientais brasileiras, decretos e resoluções que dispõem e normatizam suas aplicabilidades, infrações, autuações, regendo ordens de cunho socioambiental com o objetivo de garantir a preservação e conservação para manutenção da vida planetária.

2.2.2 - As principais leis ambientais no Brasil.

A legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais completas do mundo, mesmo não sendo cumpridas de maneiras adequadas, conforme preconizadas legalmente. Neste cenário destaco 18 leis ambientais consideradas as mais importantes que podem garantir a preservação do grande patrimônio ambiental do país, Planeta Orgânico (2008).

A seguir, essas leis são apresentadas conforme sancionadas e disposições.

1. Lei Nº 7.347 de 24/07/1985, da Ação Civil Pública que dispõe dos interesses difusos trata da ação civil publica de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.

2. Lei Nº 7.802 de 10/07/1989 dos Agrotóxicos que regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem. Exigências impostas: Obrigatoriedade do receituário agrônomo para venda de agrotóxicos ao consumidor; Registro de produtos nos Ministérios da Agricultura e da Saúde; Registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e; O descumprimento desta lei pode acarretar multas e reclusão.

3. Lei Nº 6.902 de 27/04/1981, da Área de Proteção Ambiental que criou as "Estações Ecológicas", áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90 % delas devem permanecer intocadas e 10 % podem sofrer alterações para fins científicos. Foram criadas também as "Áreas de Proteção Ambiental" ou APAS, área que podem conter propriedades privadas e onde o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental.

4. Lei Nº 6.453 de 17/10/1977, das Atividades Nucleares que dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com as atividades nucleares. Determina que se haja um acidente nuclear, a instituição autorizada a operar a instalação tem a responsabilidade civil pelo dano, independente da existência de culpa. Em caso de acidente nuclear não relacionado a qualquer operador, os danos serão assumidos pela União. Esta lei classifica como crime produzir, processar, fornecer, usar, importar ou exportar material sem autorização legal, extrair e comercializar ilegalmente minério nuclear, transmitir informações sigilosas neste setor, ou deixar de seguir normas de segurança relativas à instalação nuclear.

5. Lei Nº 9.605 de 12/02/1998, de Crimes Ambientais que reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela

tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. A punição pode ser extinta caso se comprove a recuperação do dano ambiental. As multas variam de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões de reais.

6. Lei Nº 8.974 de 05/01/1995, da Engenharia Genética que estabelece normas para aplicação da engenharia genética, desde o cultivo, manipulação e transporte de organismos modificados (OGM), até sua comercialização, consumo e liberação no meio ambiente. A autorização e fiscalização do funcionamento das atividades na área da entrada de qualquer produto geneticamente modificado no país, é de responsabilidade dos Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Agricultura. Toda entidade que usar técnicas de engenharia genética é obrigada a criar sua Comissão Interna de Biossegurança, que deverá, entre outros, informar aos trabalhadores e a comunidade sobre questões relacionadas à saúde e segurança nesta atividade.

7. Lei Nº 7.805 de 18/07/1989, da Exploração Mineral que regulamenta as atividades garimpeiras. Para estas atividades é obrigatória a licença ambiental prévia, que deve ser concedida pelo órgão ambiental competente. Os trabalhos de pesquisa ou lavra, que causarem danos ao meio ambiente são passíveis de suspensão, sendo o titular da autorização de exploração dos minérios responsável pelos danos ambientais. A atividade garimpeira executada sem permissão ou licenciamento é crime.

8. Lei Nº 5.197 de 03/01/1967, da Fauna Silvestre que classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA. Criminaliza também a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis em bruto.

9. Lei de Nº. 12.651 de 25 de maio de 2012 dispõe sobre a proteção nativa que altera as Leis nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981, 9.393 de 19 de dezembro de 1996, e 11.428 de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis de n. 4.771 de 15 de setembro de 1965, e 7.754 de 14 de abril de 1989, e a medida Provisória de nº. 2.166-67 de 24 de agosto de 2001.

10. Lei Nº 7.661 de 16/05/1988, do Gerenciamento Costeiro que define as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, ou seja, define o que é zona costeira como espaço geográfico da interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos naturais e abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre. Permite aos estados e municípios costeiros instituírem seus próprios planos de gerenciamento costeiro, desde que prevaleçam as

normas mais restritivas. Este gerenciamento costeiro deve obedecer as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

11. Lei Nº 7.735 de 22/02/1989, da criação do IBAMA que criou o IBAMA, incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. Ao IBAMA compete executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais.

12. Lei Nº 6.766 de 19/12/1979, do Parcelamento do Solo Urbano que estabelece as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológicas, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde e em terrenos alagadiços.

13. Decreto-lei Nº 25 de 30/11/1937, do Patrimônio Cultural que organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana. A partir do tombamento de um destes bens, ficam proibidas sua demolição, destruição ou mutilação sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN.

14. Lei Nº 8.171 de 17/01/1991, da Política Agrícola que coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Define que o poder público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agro ecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas, desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros.

15. Lei Nº 6.938 de 17/01/1981, da Política Nacional do Meio Ambiente. Considerada a Lei ambiental mais importante que define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

16. Lei Nº 9.433 de 08/01/1997, dos Recursos Hídricos que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta,

tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

17. Lei Nº 6.803 de 02/07/1980, do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição que atribui aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental.

18. Lei de Nº. 12.305 de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a lei nº. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

2.2.3 Lei Ambiental do Estado do Pará e Municipal.

No Estado do Pará pode considerar, conforme Porpino (1994), o Decreto Lei n.º. 27 de abril de 1977, quando foi criada a Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA , o Departamento de Ações Básicas e Complementares - DABC tendo como competência o desenvolvimento das ações relativas ao controle do meio ambiente no estado, pela Coordenadoria de Ecologia Humana e Saúde Ambiental - CEHSA.

Em 1983, o Decreto Lei de nº. 2.231 o DABC foi transformado em Departamento em Ações Básicas – DAB e a portaria nº. 409 de 13 de setembro do mesmo ano, foi extinta a CEHSA e criou a Divisão de Saneamento Básico e a Divisão Ecológica, responsável pelas ações ambientais que em 1989 se transformou em Departamento de Meio Ambiente – DMA pelo decreto nº. 6.087.

Em 1987 foi criada a lei de nº. 5.408 de 20 de novembro que transformou o Conselho Estadual de Saúde – CES, em Conselho Estadual de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente – CONSAMA.

Em 1988 foi criado o Instituto Estadual de Floresta do Pará – IFF pela lei de nº. 5.440, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI, porém não foi implantado.

Em 1989 foi promulgada a seguinte Constituição do Estado do Pará “que ela seja o instrumento eficiente da paz e do progresso, perpetuando as tradições, a cultura, a história, os recursos naturais, os valores materiais e morais dos paraenses” (Constituição do Estado do Pará, 1989, p. 6).

Em 1990 a lei de nº. 5.610 de 20 de novembro criou e colocou em funcionamento o Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA e implantou a Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM em 1991 que passou por reestruturação através da lei de nº. 5.752 de 1993, a mesma lei criou o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, modificando a composição do COEMA.

Em 1995, foi criada a lei de nº. 5.887 de 09 de maio que dispõe da sobre a Política Estadual de Meio Ambiente que em 1996 subsidiou o Plano Estadual Ambiental, norteando as diretrizes e princípios socioambientais.

Diante da promulgação e disposições das Legislações a nível Federal e do Estado do Pará, como também as demais leis acima citadas, foi que cada município em consonância a esses dispositivos legais criaram suas legislações ambientais, dessa forma o município de Portel possui no seu acervo legislativo como:

1. Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990 que normatiza e organiza o município respeitando os princípios estabelecidos na constituição federal e estadual;

2. A Lei de nº. 615, de 28 de maio de 1999 que dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária. Em seu art. 1º. Art.1º é um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse a saúde.

3. Lei nº. 616, de 25 de junho de 1999 que institui o Código de Postura do Município de Portel. Dispõe em seu art. 1º. Como finalidade instituir medidas de política administrativa a cargo do município em matéria de higiene pública, do bem-estar público, da localização de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como as correspondentes relações jurídicas entre o poder público e os munícipes.

4. Lei de nº. 725 de 15 de maio de 2006 que cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, integrando a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Portel. Em seu art. 2º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, tem, além de outros objetivos a serem definidos em seu regimento interno, a competência de planejar, coordenar e executar a política de meio ambiente no município.

5. Lei de nº. 726, de 23 de junho de 2006 que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente. Em seu art. 1º. A política municipal do meio ambiente é o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos de ação, medidas e diretrizes fixadas nesta lei, para o fim de preservar, conservar, proteger, defender o meio ambiente natural e recuperar e melhorar o meio ambiente antrópico, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais, em harmonia com o desenvolvimento econômico-social, visando assegurar a qualidade ambiental propícia à vida.

6. Lei de nº. 727 de 23 de junho de 2006 que cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente. No art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente, tendo por objetivo

financiar planos, programas, projetos, pesquisas e tecnologia que visem ao uso racional e sustentado dos recursos naturais, bem como a implementação de ações voltadas ao controle, à fiscalização, à defesa e a reocupação do meio ambiente, observadas as diretrizes da política municipal de meio ambiente.

7. Lei complementar nº 001 de 13 de outubro de 2006 Institui o Plano Diretor do Município de Portel que dispõe em seu Art. 1º Fica instituído o Plano Diretor de Portel, que será o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, constituindo-se no referencial de orientação para os agentes públicos e privados na produção e na gestão territorial do Município. Na seção II rege sobre as Diretrizes Setoriais para a Proteção do Meio Ambiente

3. Justiça Ambiental.

A justiça ambiental na sua etimologia surge recentemente que para Bullard (2002) a experiência histórica recente, o movimento de justiça ambiental surge nos Estados Unidos, a partir da década de 1980, denunciando a lógica sócio-territorial que torna desiguais as condições sociais de exercício dos direitos. Contrariando a lógica dita “Ninby” – “not in my backyard”, ou seja, “não no meu quintal”, os atores que unificam este movimento propagam a politização da questão do racismo e da desigualdade ambiental, denunciando a lógica que acreditam a vigorar do “sempre no quintal dos pobres”.

Mas afinal o que é justiça ambiental?

Para Acserald a justiça ambiental é:

“uma ação emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos no bojo de um movimento de expansão semântica dos direitos humanos sociais, econômicos, culturais e ambientais na experiência recente, a justiça ambiental surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais, alterando a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produzindo mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental.” (Acserald, 2004, p. 07)

Ainda no entendimento de Acserald (2009) uma construção de nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais, contrapondo o termo de injustiça ambiental que impôs desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais.

A justiça ambiental possui um conjunto de princípios e práticas, conforme foi se ampliando que são:

1. Asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

2. Asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

3. Asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

4. Favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

Esses princípios foram constituídos na Rede Brasileira de Justiça Ambiental criada no Brasil em 2001 “expande a abrangência da denuncia para além da questão do racismo ambiental na alocação de lixo tóxico, que fundou a organização nascida no movimento negro dos EUA” (Acserald, 2004, p.07)

Portanto, a justiça ambiental se delinea na luta e defesa dos direitos a proteção ambiental e a ambientes culturais, tradicionais, desigualdades, segregação de territórios sociais, acesso equânime aos recursos ambientais e na defesa de direitos das gerações futuras.

4. Educação Ambiental e a Contextualização Conforme Seu Marco.

4.1 – Marcos Internacionais.

A educação ambiental resulta de vários momentos e eventos históricos a nível internacional, oriundos da preocupação mundial pela proteção ambiental planetária, assinalados os seguintes marcos constituintes.

Em 1951, foi publicado o “Estudo da Proteção da Natureza no Mundo”, organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN criada em decorrência da Conferência Internacional de Fontainebleau na França em 1948, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. A União Internacional para a Conservação da Natureza transformou-se nos anos de 1972 no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Em 1965 ocorreu a Conferência de Educação da Universidade de Keele na Grã-Bretanha, foi nesta conferência que utilizou-se pela primeira vez a expressão de Educação Ambiental – Environmental Education, onde recomendou-se que a educação ambiental deve ser parte essencial da educação de todos os cidadãos.

Em 1968 a UNESCO realizou estudos sobre educação ambiental, compreendendo-a como tema complexo e interdisciplinar, não limitando-a a uma disciplina específica no currículo escolar.

Em 1972 aconteceu a Conferência de Estocolmo, após as ideias divulgadas pelo Clube de Roma, principalmente pelo relatório intitulado “Os limites do crescimento” trouxe dois importantes marcos para o desenvolvimento de uma política mundial de proteção ambiental, a primeira foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, com sede em Nairóbi no Quênia e a segunda foi a recomendação de criação do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, conhecida como a “recomendação 96”.

Em 1974 no Seminário de Educação Ambiental realizado em Jammi (Comissão Nacional Finlandesa para a UNESCO), foram fixados os Princípios de Educação Ambiental, considerando-a como a que permite atingir o escopo de proteção ambiental e que não deve ser vista com um ramo científico ou uma disciplina de estudo separado, e sim como educação integral e permanente.

Em 1975 foi lançada a Carta de Belgrado, buscando-se uma estrutura global para a educação ambiental, ao qual entendeu como absolutamente vital que os cidadãos de todo mundo insistissem a favor de medidas que dessem suporte ao tipo de crescimento econômico que não traga repercussões prejudiciais às pessoas e que não diminuam de nenhuma maneira as condições de vida e de qualidade ao meio ambiente, propondo uma nova ética global de desenvolvimento, mediante entre outros mecanismos, a reforma dos processos e sistemas educacionais.

Em 1975, no mesmo ano a UNESCO em colaboração com PNUMA criou o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, em detrimento à recomendação 96 da Conferência de Estocolmo de 1972.

Em 1977 na cidade de Tbilisi, ocorreu o mais importante evento internacional em favor da educação ambiental já realizado, foi a chamada Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada em parceria da UNESCO com o PNUMA, inspirada fortemente pela carta de Belgrado que foi responsável pela elaboração de

objetivos, definições, princípios, estratégias e ações orientadoras da educação ambiental que são adotadas mundialmente até hoje.

Em 1979 a 1980 ocorreram vários eventos regionais que contribuíram para a discussão da importância e das políticas de educação ambiental. Em 1979 em San José na Costa Rica aconteceu o Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina.

Em 1980 aconteceu o Seminário Regional Europeu sobre Educação Ambiental para Europa e América do Norte, destacou-se a importância de intercâmbio de informações e experiências, em Manama – Bahrein o Seminário Regional sobre Educação Ambiental nos Estados Árabes, em Nova Délhi na Índia, a Primeira Conferência Asiática sobre Educação Ambiental e neste mesmo ano a UNESCO e o PNUMA iniciaram juntos a estruturação do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, onde desenvolveram uma série de atividades em várias nações.

Em 1987 ocorreu a divulgação do Relatório Nosso Futuro Comum conhecido como “Relatório de Brundtland” ao qual se inaugurou a terminologia de “Desenvolvimento Sustentável”, nesse mesmo ano realizou-se o Congresso Internacional da UNESCO-PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental em Moscou que teve por objetivo avaliar os avanços obtidos em Educação Ambiental desde Tbilisi, além de reafirmar os Princípios de Educação Ambiental e assinalar a importância e necessidade da pesquisa e da formação em educação ambiental.

Em 1988 aconteceu a Declaração de Caracas sobre Gestão Ambiental na América que denunciou a necessidade de mudança no modelo de desenvolvimento.

Em 1989 aconteceu em Santiago no Chile o Primeiro Seminário sobre Materiais para a Educação Ambiental e a Declaração de Haia que foi a preparação da Eco-92, demonstrou a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.

Em 1990 aconteceu em Jomtien na Tailândia a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, onde aprovou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e nesse contexto chamou atenção do mundo para o Analfabetismo Ambiental. Outro acontecimento importante neste ano foi a declaração feita pela ONU como o Ano Internacional do Meio Ambiente com isso gerou discussões ambientais em todo o mundo.

Em 1992 no Rio de Janeiro – Brasil realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como Eco-92 ou Rio-92, na qual foi produzido o documento internacional chamado de “Tratado de Educação Ambiental para

Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” que expressou o caráter crítico e emancipatório da educação ambiental, entendendo-a como instrumento de transformação social, política, comprometido com a mudança social, rompendo-se o modelo desenvolvimentista e inaugurando-se o paradigma de sociedades sustentáveis. Após a eco-92 é importante mencionar outros eventos importantes ocorridos neste ano, como por exemplo, o Congresso Mundial para Educação e Comunicação sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em Toronto no Canadá e também o I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: Uma Estratégia para o Futuro, em Guadalajara no México.

Em 1993 na Argentina foi realizado o Congresso Sul-americano, dando continuidade a Eco-92, no mesmo ano em Viena na Áustria a Conferência dos Direitos Humanos.

Em 1994 no Cairo – Egito realizou a Conferencia Mundial da População.

Em 1995 aconteceram várias conferências, em Copenhague na Dinamarca a Conferência para o Desenvolvimento Social, em Pequim na China a Conferencia Mundial da Mulher e em Berlim na Alemanha a Conferência Mundial do Clima.

Em 1996 em Istambul na Turquia aconteceu a Conferência Habitat II.

Em 1997 na Thessaloníki – Grécia foi realizada a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada pela UNESCCO e pelo Governo da Grécia, reunindo aproximadamente 1.200 especialistas de 83 países. A declaração de Thessaloníki fez recomendações que após dez anos fosse realizada conferência internacional para verificação da implementação e progressão dos processos educacionais então sugeridos, o que ocorreu em Ahmedabad na Índia e neste mesmo ano aconteceu dois eventos importantes à realização do II Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: Em Busca das marcas de Tbilisi em Guadalajara no México e a Conferência sobre Educação Ambiental em Nova Délhi.

Em 2000, em Caracas na Venezuela aconteceu o III Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: Povos e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável, no mesmo ano a Cúpula do Milênio, promovida pela ONU em sua sede com a participação de 189 países, comprometeram-se com os Objetos de Desenvolvimento do Milênio – ODM metas estabelecidas a serem colocadas em práticas mediante ações políticas, sociais e pedagógicas para alcança-las até 2015, um dos objetivos é melhorar a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente que visa inserir os princípios do desenvolvimento sustentável nas politicas, programas e reverter a perda de recursos ambientais.

Em 2003, Havana na Cuba aconteceu o IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: Um Mundo Melhor é Possível.

Em 2005 países da América Latina e do Caribe, assumiram compromissos para o período de 2005 a 2014 com a implementação do Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental – Placea e do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental – Panacea no âmbito da Década da Educação para o Desenvolvimento. Nesse período de 2005 a 2014 vive-se a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável iniciativa da UNESCO.

Em 2006 na cidade de Joinville – Brasil aconteceu o V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental.

Em 2007, em Ahmedabad na Índia, ocorreu nos dias 26 a 28 de novembro a Quarta Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, desenvolvendo a Temática “Educação Ambiental para um Futuro Sustentável – Parceiros para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, reforçando a identidade da Educação Ambiental como condição indispensável para a sustentabilidade, promovendo o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social de gênero, o dialogo para a convivência e a paz.

Em 2012 destaca-se a publicação do Relatório do Painel de Alto Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global denominado “Planeta Resiliente – Um Futuro Digno de Escolha”, onde uma das áreas prioritárias de ação é promover a educação para o desenvolvimento sustentável, inclusive educação secundária e vocacional, e a capacitação para ajudar a assegurar que toda sociedade possa contribuir com soluções para os desafios atuais e aproveitar as oportunidades, este documento apresenta uma parte dedicada à educação e à qualificação para o desenvolvimento sustentável, assim como outras recomendações para capacitar as pessoas a fazerem escolhas sustentáveis. Vale ressaltar que essa série de eventos ocorreu desde 1951, demonstrando a prevalência das questões ambientais no mundo contemporâneo.

Em 2012, outro evento marcante foi na cidade do Rio de Janeiro – Brasil a Rio+20 a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, nos dias 13 a 22 de junho o evento reuniu líderes mundiais para discutir medidas que promovam o progresso aliado à preservação do meio ambiente nas próximas décadas. A Rio+20 marca os 20 anos da realização da Eco-92 ou Rio-92, os principais temas abordados foram: Economia Verde e Cooperação Global. A economia verde um modelo de crescimento econômico baseado na

baixa emissão de carbono e no uso inteligente dos recursos naturais, dependendo da organização entre países para garantir que os protocolos sejam seguidos por todos os governos, o documento final com o tema “O Futuro que Nós Queremos”,

4.2 – Marco Nacional.

A Educação Ambiental no Brasil tem seus marcos referenciais, pautada legalmente nos preceitos internacionais e conceitual, caracterizada pelos seus objetivos, metas e ações, assumindo o compromisso socioambiental nas esferas federal, estadual e municipal, também evidenciada nos movimentos sociais.

Conforme Brasil (1998), a referencia sobre a ecologia e movimentos internacionais, marca a educação ambiental no Brasil que se deu por trabalhos educacionais, publicações e legislações. A seguir um resumo histórico brasileiro da educação ambiental, Brasil (2016) acesso em <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>.

Em 1808, Criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro.

Em 1850, a Lei 601 de Dom Pedro II proibindo a exploração florestal nas terras descobertas, a lei foi ignorada, continuando o desmatamento para implantação da monocultura de café.

Em 1876, André Rebouças sugere a criação de parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas.

Em 1891, o Decreto 8.843 cria reserva florestal em Acre, que não foi implantada ainda.

Em 1896, foi criado o primeiro parque estadual em São Pablo. Parque da Cidade.

Em 1920, o pau brasil é considerado extinto.

Em 1932, realizou-se no Museu Nacional a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.

Em 1934, o Decreto 23793 transforma em Lei o Anteprojeto de Código Forestal.

Em 1937, criou-se o Parque Nacional de Itatiaia.

Em 1939, criou-se o Parque Nacional do Iguaçu.

Em 1950, o professor Carlos Nobre Rosa, da cidade de Jaboticabal – SP, realizou trabalhos com seus alunos fora da sala de aula, para observar o meio ambiente e coletar materiais, a iniciativa ganhou repercussão e inspirou outros professores de várias regiões que mais tarde foi publicado o livro “Animais em nossas praias” em descrição as experiências do professor Nobre e levou a produção de kits para o ensino de ciências.

No mesmo período, a Universidade Federal de Pernambuco, através de um trabalho regional de João Vasconcellos Sobrinho que incorporou características ambientais que mais tarde se chamaria de educação ambiental. Em 1972 Vasconcellos ficou famoso, pois iniciou uma campanha para trazer de volta o pau-brasil ao nosso patrimônio ambiental que em 07 de dezembro de 1961 foi criado o dia do pau-brasil que tornou-se símbolo nacional com produções de mudas e distribuídas em todo território nacional.

Em 1951, em Santa Teresa no Espírito Santo o cientista Augusto Ruschi, montou um curso de seis meses para professores denominado de “Processo e Conservação da Natureza e seus Recursos” ministrado no Museu de Biologia Mello Leitão que incluía os esperados dados sobre a fauna e flora, e outros temas ligados a economia e a preservação da natureza. Ruschi é considerado mundialmente famoso por suas pesquisas envolvendo: beija-flores, orquídeas, bromélias e na luta para preservar as matas nativas. Ele fez vários alertas sobre o perigo do uso do BHC produto da mesma família do inseticida DDT, classificando altamente venenoso com efeitos nocivos a cadeia alimentar e no solo, por fim, a ligação de doenças nos seres humanos na aplicação do produto.

Em 1961, Jânio Quadros, declara o pau brasil como árvore símbolo nacional, e o ipê como a flor símbolo nacional.

Em 1962, a jornalista Rachel Carlson escreveu o livro “Primavera Silenciosa” sobre as evidencias dos estudos de Ruschi, tais evidencias ocasionou o livro que causou debates no mundo.

Em 1965 o professor Almeida Júnior introduziu o ensino de ecologia no Colégio de Aplicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. A partir daí foram desenvolvidas varias atividades de cunho ambiental, porem interrompido em 1968 pelas fortes manifestações de rua e o fechamento político.

Em 1970, o cenário muda em ritmo do “milagre econômico” contrariando as tendências internacionais de proteção ambiental, pois o regime militar deu subsídios para o crescimento econômico a qualquer custo, a exemplo dos megaprojetos desenvolvidos no país, como a Usina Nuclear de Angra dos Reis – RJ, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí – PA, a Transamazônica e o Projeto Carajás na Amazônia, entre outros.

Em 1972, com a conferência de Estocolmo, o Brasil assinou a declaração da ONU sobre o meio ambiente humano.

Em 1973 a presidência da república, criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA dentro do Ministério do Interior, sob o comando do professor Nogueira Neto,

marcando como primeiro órgão nacional do meio ambiente que nas atribuições havia o controle da poluição e a educação ambiental. Nogueira ficou a frente dos trabalhos durante treze anos, marcados por conquistas como: desenvolvimento de normas e leis ambientais e instalações de estações ecológicas no país, a exemplo da Ecológica do Taim RS e a Uriracuera em Roraima, estabelecendo estratégias com a mídia, outro caminho foi a parceria com os demais órgãos para somar recursos, assim para a área da educação ambiental que contatou com o Ministério da Educação e da Cultura, resultando na definição da educação ambiental constar no currículo, porém não como matéria.

Em 1973, Nogueira convidou a jornalista Regina Gualda, a assumir a chefia da Divisão de Divulgação e Educação Ambiental da SEMA, para informar junto a UNESCO a existência da educação ambiental fora do Brasil e dos recursos disponíveis para atuar no setor que para ela a educação ambiental é “um instrumento para levar os diversos atores da sociedade a um entendimento e a percepção de que o ser humano é parte do meio ambiente, sendo importante criar atitudes adequadas com a natureza”, dessa forma a educação ambiental é compreendida a educação não formal, e a informal, realizada por meio de campanhas e outros meios de comunicações.

Em 1975, aconteceu o primeiro encontro nacional de proteção e melhoria do meio ambiente, promovido pelo governo federal, com convidados estrangeiros.

Em 1976 a SEMA assinou um convênio com a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, para viabilizar o primeiro Curso de Extensão para Professores do primeiro Grau, que treinaria os professores na proposta, era reformular o currículo nas escolas do Distrito Federal no campo das ciências físicas e biológicas, com a introdução da temática ambiental que priorizava o indivíduo e o meio ambiente. Foi desenvolvido o Curso de Extensão, além de produções de quatro livros que compuseram o material didático e de apoio.

Em 1977, o sucesso do trabalho de produções e cursos, inspirou o Projeto Ceilândia, cidade-satélite de Brasília que baseava-se nos NIPS, uma metodologia calcada na praxis de Paulo Freire, em que se trabalham as Necessidades, Interesses e Problemas da comunidade. Porém o projeto foi dissolvido somente em 1981, distanciado do idealizado.

Em 1977, implantação do Projeto de Educação Ambiental em Ceilândia. (1977 - 81).

Em 1977, a SEMA constitui um grupo de trabalho para elaboração de um documento de Educação Ambiental para definir seu papel no contexto brasileiro.

Em 1977, os Seminários Encontros e debates preparatórios à Conferência de Tbilisi são realizados pela FEEMA-RJ.

Em 1977, a disciplina de Ciências Ambientais passa a ser obrigatória nos cursos de Engenharia.

Em 1978, a Secretaria de Educação de Rio Grande do Sul desenvolve o Projeto Natureza (1978 - 85).

Em 1978, a Criação de cursos voltados para as questões ambientais em varias universidades brasileiras.

Em 1978, nos cursos de Engenharia Sanitária inserem-se as disciplinas de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental.

Em 1979, o MEC e a CETESB/ SP, publicam o documento “Ecologia uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º Graus.

Em 1981, a Lei Nr. 6938 do 31 de Agosto, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Presidente Figueiredo).

Em 1984, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), apresenta uma resolução estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental, que não é tratada.

Em 1986, a SEMA junto com a Universidade Nacional de Brasília, organiza o primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental (1986 a 1988).

Em 1986, o I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente.

Em 1986, o Seminário Internacional de Desenvolvimento Sustentado e Conservação de Regiões Estuarino – Lacunares (Manguezais) São Paulo.

Em 1987, MEC aprova o Parecer 226/87 do conselheiro Arnaldo Niskier, em relação a necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º Graus.

Em 1987, Paulo Nogueira Neto representa ao Brasil na Comissão Brundtland.

Em 1987, o II Seminário Universidade e Meio Ambiente, Belém, Pará.

Em 1988, a Constituição Brasileira, de 1988, em Art. 225, no Capítulo VI - Do Meio Ambiente, Inciso VI, destaca a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental.

Em 1988, a Fundação Getúlio Vargas traduz e publica o Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum.

Em 1988, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de SP e a CETESB , publicam a edição piloto do livro “Educação Ambiental” Guia para professores de 1º e 2º Graus.

Em 1989, a Criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), pela fusão da SEMA, SUDEPE, SUDEHVEA e IBDF. Nele funciona a Divisão de Educação Ambiental.

Em 1989, o Programa de Educação Ambiental em Universidade Aberta da Fundação Demócrito Rocha, por meio de encartes nos jornais de Recife e Fortaleza.

Em 1989, o Primeiro Encontro Nacional sobre Educação Ambiental no Ensino Formal. IBAMA/ UFRPE. Recife.

Em 1989, Cria-se o Fundo Nacional de Meio Ambiente FNMA no Ministério do Meio Ambiente MMA.

Em 1989, o III Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. Cuiabá. MT.

Em 1990, o I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental . PNUMA/IBAMA/CNPq/CAPES/UFMT. CUIABÁ- MT (1990 a 1994).

Em 1990, o IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis, SC.

Em 1991, o MEC resolve que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental (Portaria 678 (14/05/91).

Em 1991, Projeto de Informações sobre Educação Ambiental , IBAMA/ MEC.

Em 1991, o Grupo de Trabalho para Educação Ambiental coordenado pelo MEC, preparatório para a Conferência do Rio 92.

Em 1991, o encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental . MEC/ IBAMA/Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/ UNESCO/ Embaixada do Canadá.

Em 1992, a Criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA, NEA's.

Em 1992, a participação das ONG's do Brasil no Fórum de ONG's e na redação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Destaca-se o papel da Educação Ambiental na construção da Cidadania Ambiental.

Em 1992, o MEC promove no CIAC do Rio das Pedras em Jacarepagua Rio de Janeiro o Workshop sobre Educação Ambiental cujo resultado encontra-se na Carta Brasileira de Educação Ambiental, destacando a necessidade de capacitação de recursos humanos para EA.

Em 1993, uma Proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental para Amazônia. IBAMA, Universidades e SEDUC's da região, publicação de um Documento Metodológico e um de caráter temático com 10 temas ambientais da região (1992 a 1994).

Em 1993, a criação dos Centros de Educação Ambiental do MEC, com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental.

Em 1994, a aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental , PRONEA, com a participação do MMA/IBAMA/MEC/MCT/MINC.

Em 1994, a publicação da Agenda 21 feita por crianças e jovens em português UNICEF.

Em 1994, o 3º Fórum de Educação Ambiental.

Em 1995, todos os Projetos Ambientais e/ou de desenvolvimento sustentável devem incluir como componente atividades de Educação Ambiental.

Em 1996, a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA.

Em 1996, novos Parâmetros Curriculares do MEC, nos quais incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo.

Em 1996, cursos de Capacitação em Educação Ambiental para os técnicos das SEDUC's e DEMEC's nos Estados, para orientar a implantação dos Parâmetros Curriculares. Convênio UNESCO – MEC.

Em 1996, a criação da Comissão Interministerial de EA do MMA.

Em 1997, a criação da Comissão de Educação Ambiental do MMA.

Em 1997, a I Conferência Nacional de Educação Ambiental em Brasília – ICNEA.

Em 1997, cursos de Educação Ambiental organizados pelo MEC – Coordenação de Educação Ambiental, para as escolas Técnicas e Segunda etapa de capacitação das SEDUC's e DEMEC's. Convênio UNESCO – MEC.

Em 1997, o IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais em Vitória.

Em 1997, a I Teleconferência Nacional de Educação Ambiental em Brasília, MEC.

Em 1998, publicação dos materiais surgidos da ICNEA.

Em 1999, criação da Diretoria de Educação Ambiental do MMA Gabinete do Ministro.

Em 1999, aprovada a Lei 9.597/99 que institui a Política Nacional de EA.

Em 1999, o Programa Nacional de Educação Ambiental – PNEA.

Em 1999, a criação dos Movimentos dos Protetores da Vida Carta de Princípios em Brasília DF.

Em 1999, a Coordenação de EA do MEC passa a formar parte da Secretária de Ensino Fundamental – COEA.

Em 2000, o Seminário de Educação Ambiental organizado pela COEA/ MEC Brasília DF.

Em 2000, o Curso Básico de Educação Ambiental a Distância DEA/ MMA UFSC/ LED/ LEA.

Em 2002, lançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis – SIBEA.

Em 2002, o Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Em 2004, em setembro é realizada a Consulta Pública do ProNEA, o Programa Nacional de Educação Ambiental, que reuniu contribuições de mais de 800 educadores ambientais do país. Em novembro foi realizado o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, após sete anos de intervalo ocorrido entre o IV Fórum, com o lançamento da Revista Brasileira de Educação Ambiental e com a criação da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental – REBECA, ainda em novembro, após dois anos de existência enquanto Grupo de Estudos, é oficializado o Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da ANPED, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Em dezembro é criado o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental no FBOMS, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais.

Em 2004, início um novo Plano Plurianual, o PPA 2004-2007. Em função das novas diretrizes e sintonizado com o ProNEA, o Programa 0052 é reformulado e passa a ser intitulado Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. O Brasil, juntamente com outros países da América Latina e do Caribe, assumiu compromissos internacionais com a implementação do Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea10) e do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (Panacea), que incluem os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação dos países (<http://www.portalresiduossolidos.com/historia-da-educacao-ambiental-brasil-e-mundo/>).

Portanto, o Brasil tem se colocado a frente de fatos históricos e em diversas situações, na vanguarda da educação ambiental, como, por exemplo, nas legislações e suas políticas públicas, os movimentos sociais, embora a realidade, muitas vezes, ainda se

contraponha a elas, como a efetividade no meio social, pois o Brasil ainda precisa melhorar a pratica socioambiental.

5. Sociedade, Meio Ambiente e a Educação Ambiental.

A relação entre o homem e a natureza mudou desde a sua evolução, consequentemente o meio ambiente e tudo que nele há. Em decorrência da revolução industrial e o crescimento econômico, social e político, a sociedade contemporânea vem passando por processos de desequilíbrios ambientais, visto no mundo todo.

Segundo Carvalho In Loureiro (2002) sobre a questão ambiental contemporânea destaca que:

“A natureza ocupa um lugar cada vez mais destacado no debate sobre o destino da sociedade. Poderíamos dizer que vivemos hoje, numa outra escala e com outras especificidades, um momento onde as sensibilidades estéticas e políticas garantem à natureza e às questões ambientais um lugar de indubitável notoriedade. A difusão da questão ambiental, seja nas lutas sociais, na prática educativa, ou ainda nas ações de organismos governamentais e internacionais, não deixa dúvidas sobre a visibilidade dessa problemática na esfera pública. Contudo, as possibilidades de harmonização dos projetos sociais e estilos de vida com os limites da capacidade de suporte e regeneração do meio ambiente ainda estão entre os grandes desafios da contemporaneidade.” (Carvalho, 2002; p. 58)

Neste sentido, Layrargues & Loureiro (2002) “a educação ambiental, na medida em que inclui o ambiente humano em suas práticas, incorpora os processos decisórios participativos como um valor fundamental a ser considerado na proteção ambiental”. Ou seja, através da educação ambiental busca a conscientização da população emanadas de ações que envolva uma prática educadora ambiental, de maneira formal via as instituições de ensino, não formal por meio das instituições públicas, privadas e ONG's, e informal via os meio de comunicações.

6. Desenvolvimento Sustentável e a Política de Educação Ambiental.

Ao falar de desenvolvimento sustentável a (Texeira, 2012, 31 de julho) faz algumas ponderações a cerca da conotação da palavra que:

“A palavra “sustentável” pode expressar algo “capaz de se manter mais ou menos constante, ou estável, por um longo período.” Já “sustentabilidade”, numa definição primária, pode ser entendida como uma qualidade de “sustentável”. No começo da década de 1980, Lester Brown, fundador do Worldwatch Institute e atual presidente do Earth Policy Institute, apresentou um novo conceito sobre a palavra, a partir da visão de que uma comunidade sustentável seria aquela capaz de satisfazer às próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras. Sabemos ainda que a expressão “desenvolvimento sustentável” está sujeita a várias interpretações e que pensamentos e correntes das áreas

ambiental e econômica acreditam que as palavras “desenvolvimento” e “sustentável” seriam incompatíveis na tentativa de transmitir uma idéia conjunta por serem, teoricamente, contraditórias em relação a evolução humana e preservação/conservação do meio ambiente.” (Texeira, 2012)

Diante da colocação e afirmação de ambiguidades nos termos analisados separadamente a de convir à incompatibilidade, porém quanto a junção das palavras desenvolvimento sustentável segundo o dicionário Aurélio “processo de desenvolvimento econômico em que se procura preservar o meio ambiente, levando-se em conta os interesses das futuras gerações”.

Texeira afirma que “desenvolvimento sustentável também se mostrou uma questão política entre nações ricas e pobres, desenvolvidas e subdesenvolvidas, do norte e do sul do Planeta”. (Texeira, 2012). Ainda nas palavras de Texeira:

“Pensar em desenvolvimento sustentável ou em sustentabilidade pressupõe ações práticas e teóricas de educação ambiental. Uma política de desenvolvimento tecnológico, social e econômico deve ser precedida pela educação ambiental. Ou seja, para alcançarmos o equilíbrio entre a desejada e inevitável evolução do Homem e a conservação e/ou preservação dos recursos naturais precisamos acreditar e investir em educação ambiental.” (Texeira, 2012)

Texeira atenta para a importância da educação ambiental no enlace do desenvolvimento sustentável, haja vista que, pressupõem o uso correto dos recursos naturais, ligadas a preservação e conservação dos mesmos para a coletividade presente e futura, perpassando por todos os níveis de ensino e nas instituições públicas e privadas.

Silva & Albuquerque relatam que:

“Para alcançar a meta da sustentabilidade é fundamental modificar radicalmente as atitudes dos seres humanos. Os progressos nesse sentido dependem da instrução e sensibilização dos cidadãos. Atualmente, as questões sobre meio ambiente são foco de uma preocupação mundial, o processo acelerado de consumo desordenado dos recursos naturais do planeta, gera um leque de problemas ambientais, que colocam em perigo nosso futuro comum. A leitura destas questões vistas pela perspectiva da Ciência, revela o tamanho das avarias e danificações físico-químicas e biológicas da natureza, por interferências inadvertidas e impensadas da ação humana. Na busca de sociedades menos consumistas e mais equilibradas, a Educação Ambiental se apresenta como uma das melhores alternativas para a construção dessa nova sociedade sustentável.” (Silva & Albuquerque, 2004; p.01)

Contudo, ambas visam o desenvolvimento social e a prática do uso de todas as formas dos recursos naturais disponíveis no planeta e a interligação com todas as formas de

vida, fazendo refletir sobre o uso em demasia e as consequências acerca dos desequilíbrios e fim dos mesmos. O bem estar da humanidade, dos demais seres vivos e abióticos, depende diretamente das práticas e uso correto dos recursos no meio ambiente, advindas dos seres humanos garantirá a sobrevivência planetária, passando pela ótica da educação ambiental e da sustentabilidade e vice-versa.

CAPITULO II – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GESTÃO EDUCACIONAL: Um
Cenário Brasileiro.

CAPITULO II – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GESTÃO EDUCACIONAL: Um Cenário Brasileiro.

1. A Educação Ambiental no Contexto da Gestão Educacional Brasileira.

Ao falar da história da educação ambiental, sua caracterização e implementação nos países, é importante mencioná-la não apenas no formato informal e informacional, mas sim no contexto formal que abrange um público de todos os gêneros, idades e níveis de ensino.

Na década de 1980, a educação ambiental no Brasil ganha força e público acercar das discussões através de encontros, organizações ambientalistas e produções acadêmicas relacionadas com o meio ambiente, em especial com as questões ambientais ligadas as problemáticas planetárias decorrentes da revolução industrial, dos avanços tecnológicos e exploração mineral, entre outros.

Neste contexto, surge a preocupação de inserir a educação ambiental na educação formal, pela importância em debates, pela grandeza da sua natureza e uma vez contida na constituição de 1988 e posterior em documentos e legislações importantes para a educação como: Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's de 1996; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de n. 9.394/1996 e a Lei Federal que norteia a Política Nacional de Educação Ambiental de n. 9.795/1999. Esses instrumentos legais e outros documentos governamentais asseguram a abordagem da educação ambiental como caráter transversal, urgente e indispensável na política educacional brasileira.

2. Ministério da Educação - MEC e a Educação Ambiental.

A educação ambiental por meio das políticas públicas educacionais a nível federal pelo Ministério da Educação – MEC, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, ocorre por meio das legislações, a maior que é a Constituição Federal – CF e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, também através dos PCN's 1997, Temas Transversais – TTs meio ambiente, Os Parametros em Ação – Meio Ambiente na Escola e o Programa de Formação Continuada de Professores em 1999, a inclusão da educação ambiental no Censo Escolar em 2001, a I Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente em 2003, Formação Continuada de Professores em EA, presencial desde 2004 e a distância em 2008 no âmbito do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – DCNEA, Programas como o Mais Educação – Macrocampo Educação Ambiental e Conferências da Educação, Fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) nas Escolas, Encontros Nacionais da Juventude e Meio Ambiente, Desenvolvimento de

Pesquisas e Publicações na Área, cumprimento de cursos técnicos-profissional, de extensão e de pós – graduação em EA, entre outros programas e projetos desenvolvidos.

Conforme Sorrentino et al (2005, p. 292) diz que:

“O programa do MEC propõe-se a construir um processo permanente de educação ambiental na escola. Por meio de modalidades de ensino presenciais, à distância e difusas, as ações envolvem secretarias de educação estaduais e municipais, professores, alunos, comunidade escolar, sociedade civil e universidade.” (Sorrentino et al., 2005, p. 292)

Nesse sentido, as instituições educacionais têm aparatos legais para trabalharem a educação ambiental na educação básica e superior, pois os subsídios existem, obtidos através de encontros, debates que urgiram a necessidade de implementações legais, para melhor entrelace da educação ambiental e a educação.

3. O Papel das Escolas e das Instituições Superior e a Educação Ambiental.

A escola enquanto instituição formadora ligada ao Ministério da Educação e aos entes federados: União, Estados e Municípios tem o papel preponderante de disseminarem as políticas públicas de cunho socioambiental, por meio da educação ambiental, onde existem aparatos legais para subsidiá-la como prática pedagógica no contexto educacional.

De acordo com a resolução nº. 2, de 15 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Título I, Capítulo. II define:

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Parágrafo único. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o aspecto metodológico da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico.

Art. 9º Nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética socioambiental das atividades profissionais.

Art. 10. As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação,

considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Desta forma, a educação ambiental está pautada e difusa nas instituições de ensino em todos os níveis e modalidades.

3.1 – Gestão, Coordenação Pedagógica, Conselhos Escolares, Professores, mestres, Doutores, Alunos e Pais, juntos no processo formativo socioambiental, através da Educação Ambiental.

A comunidade escolar tem um papel essencial para trabalhar a educação ambiental que de acordo com os PCNs sobre a formação:

“A orientação proposta nos PCNs reconhece a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo. Ao contrário de uma concepção de ensino e aprendizagem como um processo que se desenvolve por etapas, em que a cada uma delas o conhecimento é acabado, o que se propõe é uma visão de complexidade e da provisoriidade do conhecimento. De um lado, porque o objeto do conhecimento é complexo de fato e reduzi-lo seria falsificá-lo; de outro, porque o processo cognitivo não acontece por justaposição, senão por reorganização do conhecimento. É também provisório, uma vez que não é possível chegar de imediato ao conhecimento correto, mas somente por aproximações sucessivas que permitem sua reconstrução.” (Introdução aos PCNs, 1997, p.44)

Partindo deste pressuposto, a importância da participação da comunidade escolar, a orientação, a intervenção dos que atuam na educação formal, devem promover e intermediar as questões socioambientais no ensino, por meio da educação ambiental, levando a comunidade a refletir de maneira crítica sobre a sua prática ambiental na sociedade e as consequências e problemas ambientais de não se ter hábitos sustentáveis e saudáveis na garantia da continuidade planetária.

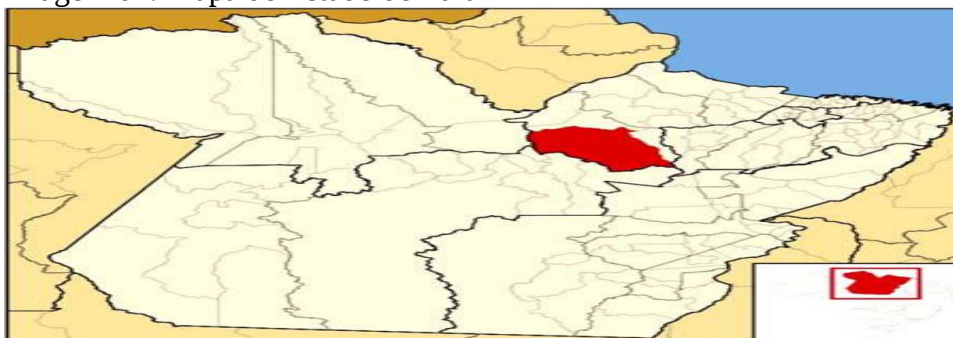
Nesse sentido, Freire (2006, p.65) elenca a importância da educação formal por meio do professor que “A responsabilidade do professor, de que às vezes não damos conta, é sempre grande. A natureza mesma de sua prática eminentemente formadora, sublinha a maneira como realiza.”

**CAPITULO III – MUNICÍPIO DE PORTEL: ASPECTOS HISTÓRICOS,
GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS.**

CAPITULO III – MUNICÍPIO DE PORTEL: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS.

O município de Portel está localizado na mesorregião do Marajó e na microrregião de Portel a 278 km de Belém, via aérea, e 324 km por via fluvial, cerca 16 horas da capital do estado do Pará, possui uma área de unidade territorial de aproximadamente 25.385 KM², e segundo o Censo do IBGE de 2010 possuía 52.172 habitantes, sendo que, 24.852 habitantes vivem na zona urbana, distribuídos nos seguintes bairros, seguindo uma ordem dos mais antigos aos recentes: Vila Velha, Centro, Bosque, Tijuca, Murucí, Pinho, Cidade Nova I II e III, Portelinha, Castanheira, Mangueirão, Conjunto e Estrada Portel-Tucuruí e o restante populacional 27.320 habitantes vivem na zona rural, nos seguintes rios que banham a grande bacia de Portel são: Anapú, Pacajá, Acutipereira e Camarapí, recebendo a titularidade de Perola do Pacajá. Portel faz limite ao Norte com o município de Melgaço; ao leste com os municípios de Bagre e Baião; ao Sul com Pacajá e Anapú e a Oeste com Senador José Porfírio e Porto de Moz, a principal via de acesso ao município está o transporte fluvial e, esporadicamente o aéreo, sendo que este último é mais utilizado pelas autoridades políticas locais e estaduais, pelas autoridades judiciárias, por empresários e em casos de emergência, como transportes de enfermos à capital do Estado.

Imagem 01: Mapa do Estado do Pará



FONTE: IBGE/Cidades/Infográficos 2014

Imagem 02: foto da Cidade de Portel



FONTE: Satélite Earth

No que se refere à povoação e fundação do município de Portel, a história é registrada por vestígios de tribos indígenas que habitavam esta região desde os tempos mais remotos, como machados de pedra, fósseis humanos, cerâmicas, marcas em pedras dentre outros, esse período vai desde a criação do estado do Maranhão e Grão-Pará, passando pela instalação das missões jesuíticas, a expulsão dos jesuítas, criação das vilas pombalinas, a companhia do comércio, a aplicação do diretório dos índios, a adesão do Pará à Independência, a Cabanagem em Belém e no interior, o Ciclo da Borracha e da Madeira. Primitivamente, neste território, existia uma tribo de índios Açurinis, em 1653 o Padre Antonio Vieira, pertencente à companhia de Jesus, levou os índios Nhengaíbas, que habitavam a Ilha do Marajó para viverem na mesma aldeia que os índios Açurinis, com a expulsão dos jesuítas do Pará, através da lei Pombalina de 1755, o lugar passou a ser chamado de Arucarã, depois Freguesia de Nossa Senhora da Luz que ficou sob administração de moradores locais e em 1758, por ato do Presidente da Província Francisco de Xavier Mendonça Furtado foi elevada à categoria de vila, tendo seu nome mudado para Portel, denominação portuguesa em homenagem a uma cidade de Portugal que significa “Porto Pequeno”. Em 24 de janeiro de 1758, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, instalou pessoalmente o senado da câmara, data que ficou conhecida como o dia de fundação de Portel, durante esse período Portel foi administrada por diretores indicados pelo governo provinciano à primeira eleição municipal ocorre somente em 1829.

No período da Cabanagem, Portel foi incorporado à Melgaço até 1843, quando retornou a condição de Vila, conquistando a posição de Município apenas em 1845, após a Cabanagem, Portel perde sua posição de entreposto para Breves, que passa a ser reconhecida pela luta contra os cabanos e “recebe” como premiação a tutela de Melgaço e Portel por muitos anos, nessa ocasião, o território de Melgaço também era formado por áreas hoje pertencentes ao município de Breves.

O Decreto nº 6, de 4 de novembro de 1930, omitiu Portel da relação dos municípios, entretanto, citou-o em um dos seus artigos como tendo sido acrescido do território do então extinto município de Bagre. Já no Decreto nº 72, de 27 de dezembro de 1930, foi confirmada a existência do Município, sendo incluído seu nome na relação dos Municípios e incorporado ao seu território o então extinto município de Melgaço. Com o Decreto nº 399, de 26 de junho de 1931, Portel sofreu outra alteração, pois foi anexado ao município de Breves. Restabelecido posteriormente como território desmembrado do município de Breves, figura no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, constituído apenas do distrito-sede. A lei

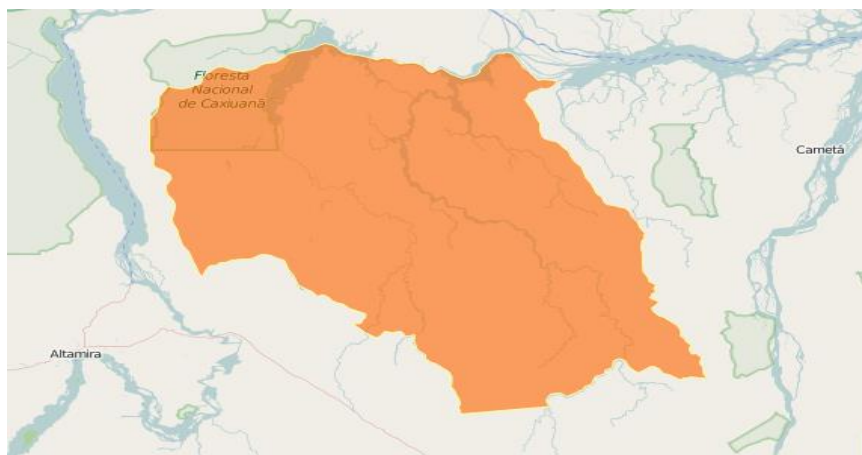
nº 8, de 31 de outubro de 1935, enumerou todos os Municípios do Pará, entre eles o de Portel e pela mesma Lei Bagre voltou a pertencer a Portel, apresentando-se como um de seus distritos. Pela divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, do Instituto Nacional de Estatística, Portel é citado na relação dos Municípios, constituído de seis distritos: Portel, Bom Sucesso, Santa Helena, Bagre, Oeiras e Jacundá. Já em 31 de março de 1938, com o Decreto-Lei nº 2.972, o município de Portel compunha-se apenas de três distritos: Portel, Bagre e Oeiras. Em 31 de outubro de 1938, através do Decreto-Lei nº 3.131, que fixou a divisão territorial do Estado, Portel perdeu para o município de Oeiras o distrito de Bagre. Oeiras passara a ser Município autônomo. Portanto, nessa divisão, deveria compor-se somente do distrito-sede, apresentando-se, no entanto, com 2 distritos: Portel e Melgaço. Várias condições foram feitas com Portel, até que, conforme o Decreto-Lei nº 4.505, de 30 dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, para o período de 1944 a 1948, o município de Portel permaneceu composto do distrito-sede e do distrito de Melgaço. Este restabeleceu sua autonomia através de Lei nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961. Na década de 60, mais especificamente em 29 de dezembro de 1961, a lei estadual nº 2460 desmembra do município de Portel do distrito de Melgaço, elevado este a categoria de município, sob essa mesma lei é criado o distrito de Acangatá, sendo anexado ao município de Portel e em 01 de janeiro de 1979, o município é constituído de 2 distritos: Portel e Acangatá, sendo que o último desmembramento da área de Portel foi em 10 de maio de 1988 para a criação do município de Pacajá, em uma divisão territorial datada de 18 de agosto de 1988, o município de Portel foi constituído do distrito sede.

O desenvolvimento e crescimento econômico de Portel ocorre no período da exploração da Amazônia em seus recursos naturais em meados do século XIX e XX, neste contexto seus recursos naturais foram explorados nos diversos ciclos que a Amazônia passou, como a do leite da seringueira e maçaranduba, mas esse ciclo foi ameaçado pelo poder dos cafeicultores que governavam o Brasil e não deram suporte para a produção em larga escala da borracha, possibilitando a Inglaterra explorá-la na Malásia. Depois da segunda guerra Mundial, a ordem foi garantir as fronteiras e impedir as ideias socialistas de chegar ao Brasil, para isso, os EUA incentivaram novamente a produção de borracha na Amazônia, inclusive criando uma política de incentivo a migração para a região, foi nessa época que Portel recebe muitas famílias nordestinas que são ainda hoje em grande número no município. (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2015). Outro ciclo a destacar foi a da madeira que trouxe consigo empresas multinacionais, se instalaram na região com incentivo

do governo local exportaram esse recurso natural, uma das empresas que se destacou foi a Amazônia Compensados e Laminados - AMACOL, filial da Geórgia Pacific dos EUA considerada a mais importante, pois durante mais de 40 anos explorou a madeira em terras do município e também era a principal base da economia de Portel.

Neste contexto, é importante destacar que a economia do Marajó é essencialmente agroextrativista, concentrando a segunda maior produção madeireira do Estado e da região amazônica, conforme um estudo realizado pelo IMAZON e SFB em 2010, identificou um consumo de 1.870.000 m³ de madeira em tora, e um processamento de 671.000 m³ de madeira na região estuarina em 2009, dos 8 maiores polos madeireiros do Estado do Pará, 3 estão localizados na mesorregião do Marajó (Breves, Portel e Afuá), que consumiram um total de 647.000 m³ de madeira em tora, e 209.000 m³ de madeira processada em 2009. Atualmente os maiores maciços florestais existentes em Portel estão em terras públicas como na Floresta Nacional de Caxiuanã (330.000 ha); nas glebas públicas estaduais Joana Peres I, Joana Peres II, Jacaré-Puru, Acangatá, Alto Camarapí e Acutipereira, que somam 1.098.600 ha; e nas glebas públicas federais Pracupí, Acaranã, Belo Monte, Mandaquari e Tueré, que somam 1.233.000 há dentro do município de Portel.

Imagem 03: Área Territorial do Município de Portel/Localização Floresta Nacional do Caxiuanã.



FONTE: IBGE/Cidades/Infográficos 2014

Portel atualmente vive dos serviços públicos, comércio local, agricultura familiar, pecuária, piscicultura e como foi citado acima, ainda da exploração da floresta, mas em menor escala, o principal setor gerador de empregos e serviços é o setor público municipal, com mais de três mil servidores aproximadamente, os demais como a agricultura praticada ainda em uma escala menor de subsistência na produção da farinha de mandioca e do açaí que

destacam-se vendidos no mercado local e no mercado regional, a pecuária destaca-se a produção bovina em fazendas localizadas no alto e médio rio Pacajá, uma nova perspectiva está na piscicultura que ao longo de cinco anos o governo municipal desenvolve trabalhos de orientação para criação de peixes junto a comunidade, de acordo com dados, a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio – PNAD (2013) o setor de serviços corresponde a 64,3% do Produto Interno Bruto do município, a agropecuária representa 21,50% do total e a indústria 10,6%, outra fonte do IBGE/2010 no que concerne o Produto Interno Bruto foi de R\$ 189 milhões, o segundo maior da mesorregião do Marajó, ficando atrás somente do município de Breves, porém, nos últimos anos a mesorregião do Marajó vem apresentando os piores indicadores econômicos do Estado, com um PIB de R\$ 853 milhões em 2003, contribuiu com apenas 2,9% do PIB total do Estado. Uma das estratégias do atual governo para desenvolvimento local é a abertura da estrada que ligará a outros municípios e à capital do estado que desde 2014 o acesso já é possível, porém ainda precário por não ser asfaltada, mas gera uma possibilidade de crescimento e desenvolvimento na economia, na produção e geração de renda, pois a dimensão territorial do município que supera muitos países, como o estado de Sergipe, e países como El Salvador, Israel, Eslovênia e Catar, e a baixa densidade demográfica do campo onde vive quase metade da população tornam esse desafio ainda maior, dada às longas distâncias e a dificuldade de acesso e escoamento, pois a maior parte da população utiliza os rios como via de transporte de passageiros e produtos, sendo que os principais meios de locomoção são os seguintes transportes: A canoa a remo; a rabeta - pequena embarcação ou canoa equipada com motor de polpa movido a gasolina conhecido como “motor-rabeta”; e os barcos com motor de polpa ou de centro, o transporte de passageiros e cargas para outros municípios, a capital do estado do Pará e do Amapá, ocorre principalmente através de pequenas, médias e grandes embarcações, além de balsas, outro meio de transporte é o aéreo, onde o município possui uma pista de pouso particular sem pavimentação, localizada próximo a cidade com acesso pela estrada e rio, recebe diariamente dois voos de aviões monomotor e bimotor com capacidade para 4 e 6 passageiros, além de passageiros, traz da capital malotes com dinheiro e correspondências para o Banco do Brasil e Bradesco, as agências existentes no município.

Em relação à urbanização da cidade de Portel, pouco se fez nas administrações que passaram, pois é perceptível nos bairros existentes já mencionados, a ausência de sistemas de drenagem e pavimentação em algumas ruas e avenidas, as que possuem pavimentação asfáltica ou pré-moldados de concreto (bloquets) restringem-se em principais vias dos bairros

do Centro, Murucí e Bosque, a atual gestão está pavimentando ruas e alamedas no bairro do Pinho, Murucí, Tijuca e Centro, pois o asfalto ficava restrito nas principais avenidas, ou seja, as mais movimentadas no centro da cidade.

O saneamento básico, em 2010 dos 1.836 domicílios possuíam água proveniente de rede geral de distribuição, o que representa cerca de 19% dos domicílios, sendo que o abastecimento de água na maioria dos domicílios do meio urbano ocorre através de poços artesianos, escavados nas residências, já no meio rural, o rio é a principal fonte de abastecimento de água, de acordo com o IBGE (2010), na sede do município apenas 4,5% dos domicílios particulares permanentes dispõem de saneamento básico adequado, enquanto 45,8% dispõem de saneamento básico semi-adequado, ao passo que no meio rural, 93,9% dos domicílios apresentam saneamento básico inadequado. O esgotamento sanitário é realizado principalmente por meio de fossas sépticas, fossas rudimentares ou sumidouros na sede do município, enquanto no meio rural o principal destino do esgoto é o solo ou o rio, o que compromete a qualidade da água e contribui para a proliferação de doenças.

A coleta de lixo ocorre em 44,7% do total de domicílios do município (IBGE, 2010), no meio urbano a coleta é feita três vezes por semana na maioria dos logradouros, contrastando com a inexistência de coleta de lixo no meio rural, cujo destino do lixo é principalmente o solo e o rio (Plano Diretor de Portel, 2006), a origem desse lixo são: domiciliar, comercial, público, de serviços de saúde e entulhos que de acordo com o diagnóstico da gestão de resíduos sólidos elaborado pela prefeitura em 2012, são gerados 15 toneladas por dia de lixo domiciliar/comercial, e entulho, tendo como base o total da população que é de 52.172 habitantes, sendo que na zona urbana a população é de aproximadamente 26.000, estima-se que cada habitante da zona urbana produza 1,5 kg/dia de resíduos sólidos. Esses resíduos são coletados pela secretaria de infraestrutura – SEI despejados em caçambas, o destino final é no lixão a céu aberto localizado na estrada Km 03 rodovia PA 368, não possui coleta seletiva, mesmo após o diagnóstico da gestão de resíduos sólidos em 2012, ao qual o objetivo é a captação de recursos e implementação do aterro sanitário, através do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, normatizado pela lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Nesse contexto, o plano foi aprovado aguardando a liberação de recursos federal para iniciar a construção do aterro sanitário conforme as prerrogativas descritas no PNRS que prevê o fim dos lixões no Brasil.

Em relação à energia elétrica até 2010 era fornecida pela empresa GUASCOR através de motores a diesel, sendo que a rede de distribuição era fornecida pela CELPA, a partir de 2011 a energia veio por meio de uma extensão de linha da hidrelétrica de Tucuruí, o famoso Linhão de Tucuruí que por muitos anos o projeto ficou no papel.

O projeto foi idealizado pelo o ex Dep. Nicias Ribeiro que de acordo em uma nota ao jornal O Liberal presta a seguinte informação: **Está concluída a 1ª etapa do Linhão do Marajó. E hoje já estão sendo atendidos pela energia de Tucuruí os municípios de Portel, Breves, Bagre, Curralinho e Melgaço. Quanto a 2ª etapa, que atenderá os dez municípios restantes da ilha do Marajó, consiste em se levar a energia da Subestação de Vila do Conde até Ponta de Pedras por um cabo subaquático, que será levado ao fundo da baía do Marajó entre 14 de fevereiro a 14 de março de 2014, que, segundo a Marinha do Brasil, “é a janela hidrológica que permite essa operação”.** (PROFESSOR ESTOU COM DUVIDA COMO POR ESSA REFERENCIA SE USO O RECUO) Essa energia gerada na hidrelétrica de Tucuruí, tem a subestação no município de Portel, distribuídas nos municípios citado acima que de acordo com o IBGE (2010) ao todo, 39,4% dos domicílios do município tem energia elétrica e 14,3% estão localizados em logradouros com iluminação pública de responsabilidade da prefeitura.

As difusões de informações são feitas por meios dos serviços de comunicações existentes, sendo uma emissora de rádio comunitária FM, duas emissoras de TVs particulares, um serviço postal - Correio, serviços de telefonia fixa e móvel, internet por meio de telefonia e provedor particular.

No tocante da gestão na saúde, o município tem um hospital com 21 leitos que se for observado o número populacional já é insuficiente para a demanda assistida, 01 centro específico para mulheres, 8 Estratégia Saúde da Família - ESF unidade de atendimento distribuídos nos bairros da cidade, desses, um é específico para atendimento dos ribeirinhos, 5 Estratégia Saúde da Família na zona rural nos rios Anapú, Acutipereira, Camarapí e Pacajá, perfazendo um total de 13 estabelecimentos de atendimento a saúde da população. As taxas de longevidade, mortalidade e fertilidade conforme a fonte do PNUD 2013 estão descritas das seguintes maneiras: a esperança de vida ao nascer em 1991 era de 63,2, em 2000 de 67,9 e em 2010 de 71,0, a mortalidade infantil até 1 ano de idade/por mil nascidos vivos era em 1991 de 52,4, em 2000 de 34,6 e em 2010 de 21,0, a mortalidade infantil até 5 anos de idade/por mil nascidos vivos era em 1991 de 64,3, em 2000 de 37,3 e em 2010 de 25,7 e a taxa de fecundidade total/filhos por mulher em 1991 era de 8,2, em 2000 de 7,3 e em 2010 de 3,8 (http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/portel_pa).

Na gestão educacional, Portel está organizado conforme rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN 1996 e nas legislações municipal, dispõe de rede pública de ensino nas esferas municipal e estadual e de cursos de Nível Superior que caracterizam a presença da esfera federal, por meio do PROCAMPO pelo Instituto Federal do Pará - IFPA, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR pela Universidade Federal do Pará – UFPA e Cursos de Flexibilização pela Universidade Federal do Pará, através do Campus do Marajó da cidade de Breves. Vale mencionar a existência de faculdades particulares que ofertam Cursos Técnicos de aprimoramento profissional, Ensino Superior Graduação e Pós-graduação Lato Sensu, porém os indicadores educacionais mostram uma realidade que preocupa, de acordo com o IBGE (censo 2010) 44,8 % da população tem de 14 anos para baixo em idade escolar, e se incluir a população de até 19 anos, considerando o atraso escolar (desvio idade/série) é elevado, esse percentual sobe para 55,8% do total da população.

CAPÍTULO IV – CAMINHAR METODOLÓGICO – UM ESTUDO EMPIRICO

CAPÍTULO IV – CAMINHAR METODOLÓGICO – UM ESTUDO EMPIRICO

4. Metodologia da Investigação

Considerando a problemática levantada sobre como está sendo desenvolvida a educação ambiental como política pública pelos gestores das principais secretarias do município de Portel do Pará que são: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Infraestrutura, tornando-se essencial para mensurar tal desenvolvimento, o planejamento pautado nas diretrizes e programas a nível federal, estadual e municipal necessário ao conhecimento da temática como um todo.

Segundo Barros e Lehfeld (2000) consideram a metodologia como:

A metodologia consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não, em nível das aplicações de sua utilização. Ainda examina e avalia as técnicas de pesquisa, bem como a geração ou verificação de novos métodos que conduzem a capacitação processamentos de informações com vistas à resolução de problemas de investigação. (Barros e Lehfeld, 2000, p.01)

4.1. Classificação da pesquisa

No que concerne o presente trabalho, bibliográfico, documental e exploratório para a obtenção de elementos teóricos de estruturação da tese, com leitura do material, e também de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, no que se refere à pesquisa bibliográfica Andrade (2005; p. 126) elenca que todo trabalho científico pressupõe em uma pesquisa bibliográfica preliminar. A abordagem quantitativa Vianna (2006, p;1) enfatiza que:

Nesse tipo de abordagem, os pesquisadores buscam exprimir as relações de dependência funcional entre variáveis para tratarem do como dos fenômenos. Eles procuram identificar os elementos constituintes do objeto estudado, estabelecendo a estrutura e a evolução das relações entre os elementos. Seus dados são métricos (medidas, comparação/padrão/metro) e as abordagens são experimental, hipotético-dedutiva, verificatória. Eles têm como base as metas teorias formalizantes e descritivas.

Já na pesquisa qualitativa Cesar (2005) enfatiza o enquadramento do método estudo de caso, pois frequentemente destina-se na coleta de dados na área organizacional como uma abordagem qualitativa.

As informações coletadas na pesquisa incluíram em sua análise final, números que indicam a realidade diagnosticada junto aos gestores entrevistados. Os resultados analisados

foram feitos a partir de métodos estatísticos e representações gráficas que compuseram sua apresentação, o que pode ser visualizado no capítulo V.

É importante aferir as vantagens da integração dos métodos utilizados, pois de um lado, na explicitação de todos os passos da pesquisa e de outro, na oportunidade de prevenir a interferência da subjetividade do pesquisador nas conclusões obtidas e fundamentadas bibliograficamente.

4.2. Técnica de coleta de dados da pesquisa

A partir da definição das técnicas, buscou-se identificar os gestores das secretarias que desenvolvem as ações de educação ambiental que posteriormente, houve o desenvolvimento da pesquisa com visitas nas secretarias do município para agendar um horário com os gestores, no encontro foi possível dialogar e explicar a pesquisa com aplicações dos questionários.

Para Diehl e Tatim ressaltam que “a elaboração de um questionário requer a observância de algumas normas que, seguidas, aumentam a eficácia e sua validade. Em sua organização devem ser levados em conta os tipos, a ordem e os grupos de perguntas de sua formulação”. (Diehl e Tatim, 2004, p.168)

4.3. Métodos de coleta de dados

A coleta de dados corresponde à metodologia utilizada nesta dissertação que concerne fontes bibliográficas como livros, jornais, revistas, arquivos históricos, legislações entre outros, para Gil (1996) ao iniciar qualquer pesquisa bibliográfica são necessários livros e arquivos científicos elaborados para fundamentação a temática em questão, pois a coleta de dados é um ato de pesquisa, correlatados a uma conjuntura que facilita uma posterior análise. Ainda na concepção de Gil “as fontes escritas na maioria das vezes são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só é possível a investigação social através de documentos.” (Gil, 1995, p.158).

A parte que corresponde aos questionários estruturados com perguntas fechadas e abertas é muito importante para a pesquisa científica que para Parasuraman “um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para atingir os objetivos do projeto.” (Parasuraman, 1991, p. 29). Segundo Cervo e Bervian (2002) no que

diz respeito a pesquisa e aplicação de questionários a observação é quando aplicamos atentamente os sentidos físicos em um único objetivo, para então adquirir um conhecimento mais claro, amplo e preciso.

Continuando o pensamento de Parasuraman afirma que “Construir questionários não é uma tarefa fácil e que aplica tempo e esforço adequados para construção do questionário é uma necessidade, um fator de diferenciação favorável.” (Parasuraman, 1991, p. 35).

Portanto, os métodos apresentados na coleta de dados, como o questionário através de perguntas de múltiplas escolhas, simples e objetivas, como também de uma pergunta aberta para qualificar melhor o estudo. A obtenção dos dados além da aplicação do questionário, foi feito um dialogo junto aos gestores para maior conhecimento acerca do trabalho desenvolvido por estes, pois os questionários tem suas vantagens, porem limitações na hora das respostas e a interação na aplicação é fundamental para uma visão geral do planejamento e desenvoltura na administração dos envolvidos na pesquisa.

Após a definição da aplicação dos questionários para a população de gestores das principais secretarias da administração pública no desenvolver da educação ambiental formal, não formal e informacional, foi traçado e identificado o perfil das instituições, dos gestores, e aplicados os questionários para os participantes da pesquisa que são os gestores das secretarias de educação, da saúde, do meio ambiente e infraestrutura, compreendendo um diálogo informal que permitiu conhecer a realidade das secretarias da administração pública de Portel, bem como as ações adotadas conforme o planejamento, organização e políticas públicas a nível federal, estadual e municipal.

A pesquisa desenvolvida nas instituições públicas (Secretarias Municipal) localizadas no território do município de Portel do Pará, compreendendo os gestores das diferentes secretarias que compõe a administração da prefeitura municipal de Portel, possibilitando conhecer e perceber a atuação dos mesmos e como está o processo das politicas públicas de meio ambiente, em especial a gestão da educação ambiental.

A pesquisa embasada em fontes bibliográficas de autores que abordam a administração seja pública ou privada entre outras, como Chiavenato e também autores da área da gestão do meio ambiente e educação ambiental como Loureiro, Maimon, Magalhães, entre outros. Tais fundamentações possibilitaram melhor compreensão do tema abordado e como principio básico na formatação as Normas para Elaboração e Apresentação de Teses e Doutorado na ULHT despacho de n. 30/2014. Posteriormente a para a conclusão da pesquisa de campo, foi à realização da tabulação dos dados coletados através de gráficos para

análise comparativa das respostas dos gestores e outras possíveis variáveis que podem influenciar no desenvolver das políticas socioambientais do município de Portel – Pa.

4.4. Caracterização da instituição pesquisada

A dissertação inicialmente contou com a delimitação do tema Gestão Pública: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da Educação Ambiental como Política Pública Permanente do Município de Portel – Pará, posteriormente o campo da pesquisa a ser investigado, como os mecanismos das coletas de informações para tabular os dados, a fim de chegar a definir a pesquisa e concluir.

As primeiras informações obtidas na pesquisa foram sobre a composição do organograma da prefeitura municipal de Portel – PMP para saber quais secretarias compõem em suas esferas a gestão e educação ambiental e pela abrangência no meio socioambiental, depois pesquisar em sites oficiais como o IBGE entre outros, dados sobre as secretarias envolvidas nas pesquisas: Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Secretarias Municipais de Saúde - SMS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA e Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEI para assim traçar e formular os questionários para aplicar entre os gestores das secretarias acima citadas, vale ressaltar que as secretarias pesquisadas estão dispostas na lei municipal de n. 698 de 07 de fevereiro de 2005 que dispõe sobre a estrutura administrativa direta do município de Portel e no título II dos princípios fundamentação art. 2º. As atividades da administração direta obedecerão aos seguintes princípios fundamentais que são: I – Planejamento; II - Coordenação; III – Descentralização; IV – Delegação de Competência e V – Controle. É importante mencionar que a lei 698/2005 foi alterada pela lei nº. 778 de 04 de Junho de 2010 para composição de mais duas secretarias a da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA e a da Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca – SEMAP.

Embasada nestes dispositivos da referida lei, a tabela 03 abaixo resume a composição das secretarias.

Tabela 03 – Finalidades, atribuições e composição das secretarias órgãos de linha direta da administração pública municipal.

SECRETARIA	FINALIDADE	ATRIBUIÇÕES	COMPOSIÇÃO
SEMED	Art. 22 - A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, que tem por finalidade Administrar o Sistema Municipal de Ensino,	I - Planejar, coordenar, controlar e executar a política educacional do município, mediante	Secretaria de Gabinete: Secretário (a), Assessorias Técnicas,

mediante a formulação de política de diretrizes gerais, que deverão nortear as ações, visando à otimização do modelo educacional e consequente aumento dos índices de escolaridades.	o oferecimento de educação infantil, educação de adultos, educação especial, e ensino fundamental; II - Planejar, coordenar, controlar, acompanhar e executar programas suplementares de merenda escolar e material didático; III – Capacitar o profissional da educação exercendo as atribuições de treinamento, capacitação e reciclagem do pessoal do magistério; IV – Coordenar e controlar as atividades de suprimento e guarda de material, de controle funcional do pessoal do magistério e de assistência ao educando; V - Coordenar e controlar as atividades pertinentes ao desenvolvimento pedagógico, de informação e de comunicação; VI - Coordenar e controlar as atividades de organização curricular e de gestão do sistema municipal de ensino em geral, entre outros.	Conselho Municipal de Educação - CME, Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE e Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS. Diretoria Administrativa: Gerencia de Recursos Humanos, Gerencia de Merenda Escolar, Gerencia de Transportes, Gerencia de Material Didático, Manutenção e Inventário. Diretoria Financeira: Contabilidade e Tesouraria. Diretoria de Ensino: Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – EJA; Coordenação de Educação Ambiental; Coordenação de Educação Especial;
--	--	---

Marlieth Corrêa da Silva
GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da
Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará

			Coordenação de Mídias Na Educação; Coordenação de Educação Física; Coordenação de Alfa Adultos; Coordenação do Módulo; Coordenação do Programa Saberes Da Terra; Coordenação do Programa Escola Ativa; Coordenação de Pesquisa e Ensino; Coordenação de Ensino Fundamental; Coordenação de Educação Infantil; Coordenação de Currículo; Coordenação de Avaliação E Desempenho.
SEMA	Art. 26-A. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, tem a competência de planejar, coordenar, controlar e executar a Política de Meio Ambiente no âmbito do Município de Portel. * Art 26-A acrescentado e com redação dada pela lei nº 778, de 04 de Junho de 2010.	Art. 2º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA tem, além de outros objetivos a serem definidos em seu Regimento Interno, a competência de planejar, coordenar, controlar e executar a política de Meio Ambiente no Município. * Lei 725 de 15 de maio de 2006 que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	Secretaria de Gabinete: Secretário (a), Assessorias Técnicas, Conselho Municipal de Meio Ambiente. Gerente de Fundo Municipal de Meio Ambiente. Diretoria de Monitoramento e Meio Ambiente: Fiscal Ambiental; Técnico Ambiental e Ouvidoria Ambiental. Diretoria de

Marlieth Corrêa da Silva
GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da
Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará

			Estudos e Projetos e Ambientais e Urbanísticos.
SMS	Art. 21 - A Secretaria Municipal de Saúde – SES, que tem por finalidade promover a saúde da população, através da administração e organização do sistema municipal, consoante com definição das diretrizes municipais e das políticas públicas de prevenção e de recuperação da saúde, tem por competência.	I - Formular a política municipal de saúde. II - planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades, visando promover o atendimento integral à saúde da população do município; III - planejar, coordenar, controlar e executar, nos níveis ambulatorial e hospitalar, as atividades médicas e odontológicas, de controle de zoonoses, de vigilância epidemiológica e de fiscalização e vigilância sanitária; IV – gerir, executar e auditar os serviços de saúde próprios, e, fiscalizar os procedimentos dos serviços privados;	Secretaria de Gabinete: Secretário (a), Assessorias Técnicas, Conselho Municipal de Saúde, Regulação Controle Interno e Avaliação, Auditoria e Núcleo de Informação. Diretoria de Assistência Esp. Hospitalar. Diretoria Assistência Básica: PACS/PSF e Saúde Bucal. Diretoria de Vigilância em Saúde: Vigilância Epidemiológica, saúde do Trabalhador e Vigilância Sanitária. Diretoria Administrativa: Gerencia de Recursos Humanos e Gerencia do Fundo Municipal de Saúde.
SEI	Art. 26 - A Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEI, que tem por finalidade formular, administrar e executar as políticas públicas de obras municipais, de	I – Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relacionadas com o plano de obras públicas do	Secretaria de Gabinete: Secretário (a), Assessorias Técnicas. Diretoria de

Marlieth Corrêa da Silva
GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da
Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará

	transporte urbano e fluvial, e de tráfego, bem como planejar, administrar e fiscalizar o comércio em vias e logradouros públicos, serviço de iluminação pública, limpeza urbana, proteção da estética da cidade e as atividades relacionadas com mercados, feira livres, cemitério, como também a defesa do consumidor e a defesa civil contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, tem por competência.	município; II – Articular com os governos federal, estadual e municípios para realização de obras públicas de interesses municipal e regional; III – Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades referentes à realização e fiscalização de estudos técnico-econômicos e projetos de engenharia de obras públicas municipais; IV – Elaborar e executar planos e programas de conservação, restauração e melhoramentos da rede de transporte municipal; V – Planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades de regulação urbana, parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, edificações e posturas, visando ao pleno cumprimento da função social da propriedade e ao bem estar da população; VI – Planejar, coordenar, controlar, e executar a fiscalização das atividades de regulação urbana, infra-estrutura e prestação de serviços	Obras: Supervisor de Obras. Diretoria de Transporte: Gerencia de Transporte e Supervisor de manutenção. Diretoria de Serviços Urbanos: Gerencia de Limpeza Pública.
--	---	---	--

Marlieth Corrêa da Silva
GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da
Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará

		públicos; VII - Manter, atualizar e desenvolver sistemas de informações pertinente às atividades e serviços urbanos, inclusive visando garantir articulação das ações municipais com projetos e iniciativas regionais, estaduais, federal e internacional; VIII - Formular e exercer a política municipal de habitação popular; IX – Promover a regularização fundiária de imóveis situados em áreas públicas no âmbito de programas habitacionais de interesses social do Município; X – Executar a defesa civil.	
--	--	---	--

Fonte: Prefeitura Municipal de Portel – Lei 698/2005 - Dados pesquisados pela autora.

CAPÍTULO V. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.

CAPÍTULO V. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.

5.1. Análise descritiva dos dados obtidos pela aplicação dos questionários

A maneira do desenvolvimento das políticas públicas pelas gestões do municipal seja a nível federal, estadual e municipal é muito importante quando assumi um cargo para administrar uma instituição pública ou privada, considerando os objetivos, as metas, planejamentos, recursos financeiros e humanos, além da flexibilização para atingir o público específico de acordo com os objetivos propostos. Nesse patamar os gestores devem compreender seu papel, função e ter uma visão panorâmica como está composta a secretaria e que patamar ela faz parte no contexto global, pois as decisões tomadas resultam em benefícios para a população e meio ambiente.

A pesquisa realizada contou com a colaboração de quatro gestores das secretarias que compõem a administração pública do município de Portel – Pará, ao qual foram identificadas informações referentes ao perfil dos participantes como gênero, escolaridade, faixa etária e como ocorre o planejamento e desenvolvimento da gestão da educação ambiental no município.

GRÁFICO 1 –QUANTO AO SEXO DO PARTICIPANTE

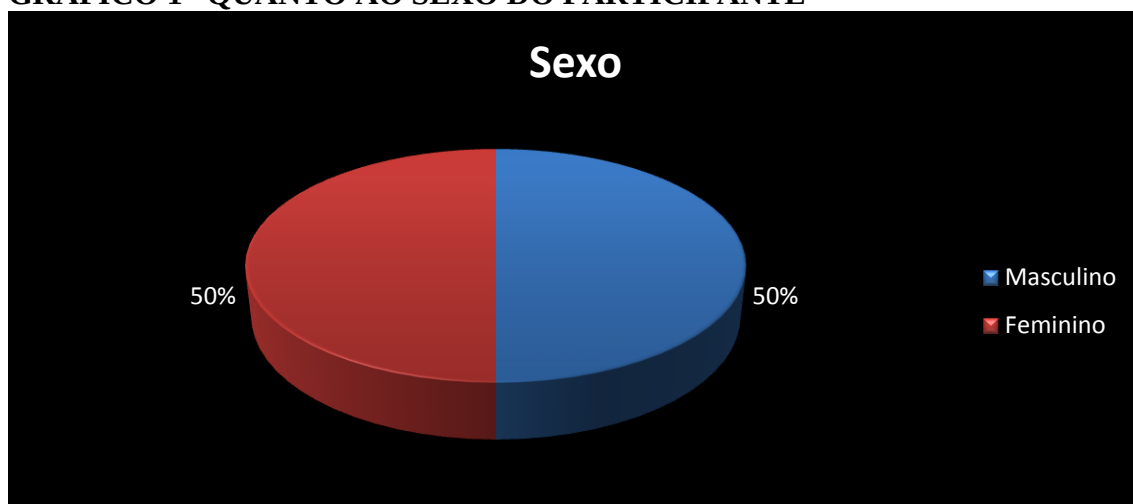


Gráfico que mostra o percentual de gênero

Fonte: Dados pesquisados pela autora

Foi identificado que 50% dos participantes são do sexo feminino e 50% do sexo masculino.

GRÁFICO 2 - QUAL A IDADE DOS PARTICIPANTES

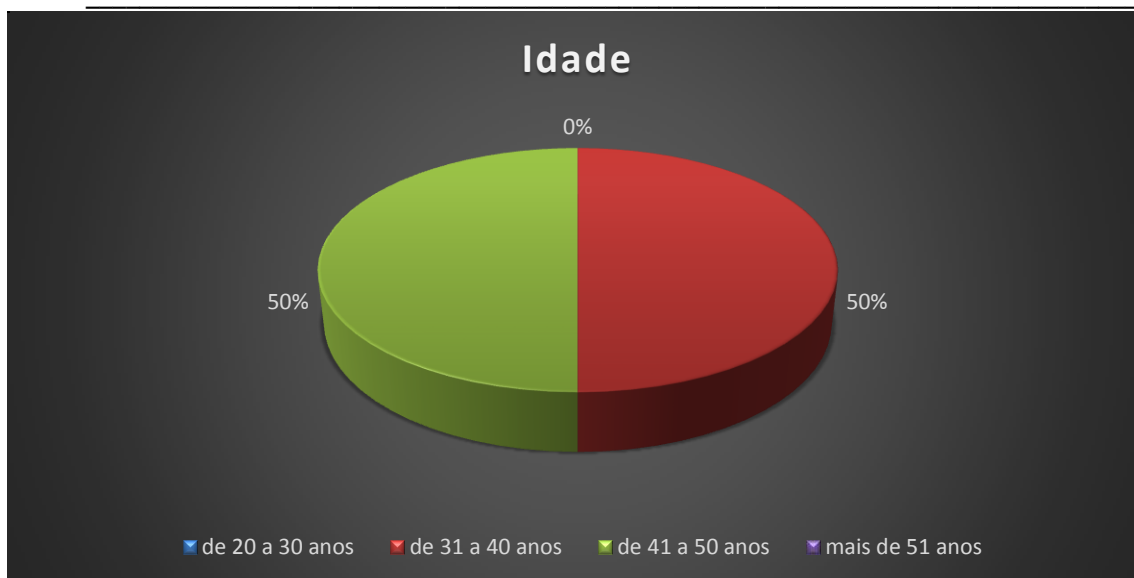


Gráfico que mostra a idade dos participantes
 Fonte: Dados pesquisados pela autora

Foi identificado quanto a idade dos participantes da pesquisa que 50% está na faixa etária entre 30 a 40 anos e outra metade 50% estão na faixa etária de 40 a 50 anos, evidenciando um público jovem com percepção e ideias inovadoras para gerir as funções que as competes.

GRÁFICO 3 – QUANTO AO TEMPO DE ATUAÇÃO DO PARTICIPANTE

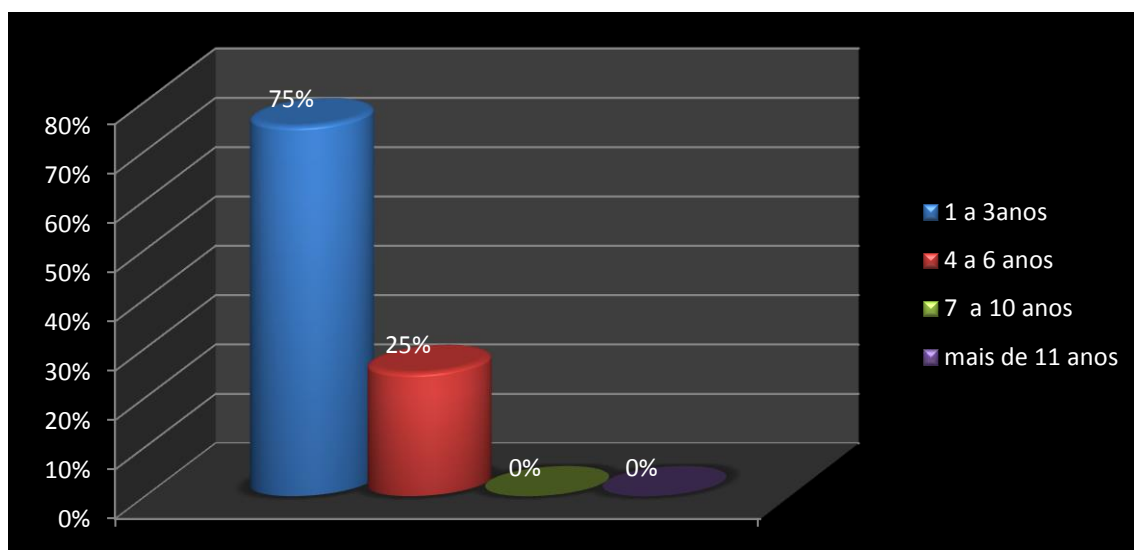


Gráfico que mostra o tempo de serviço dos participantes
 Fonte: Dados pesquisado pela autora

O terceiro levantamento foi relacionado ao tempo de atuação dos participantes da pesquisa na gestão, ao qual das respostas 75% estão na faixa etária de 1 a 3 anos e 25% estão de 4 a 6 anos na atuação da gestão administrativa municipal perfazendo 100%.

GRÁFICO 4 – QUANTO AO CARGO E FUNÇÃO OCUPADO PELO PARTICIPANTE

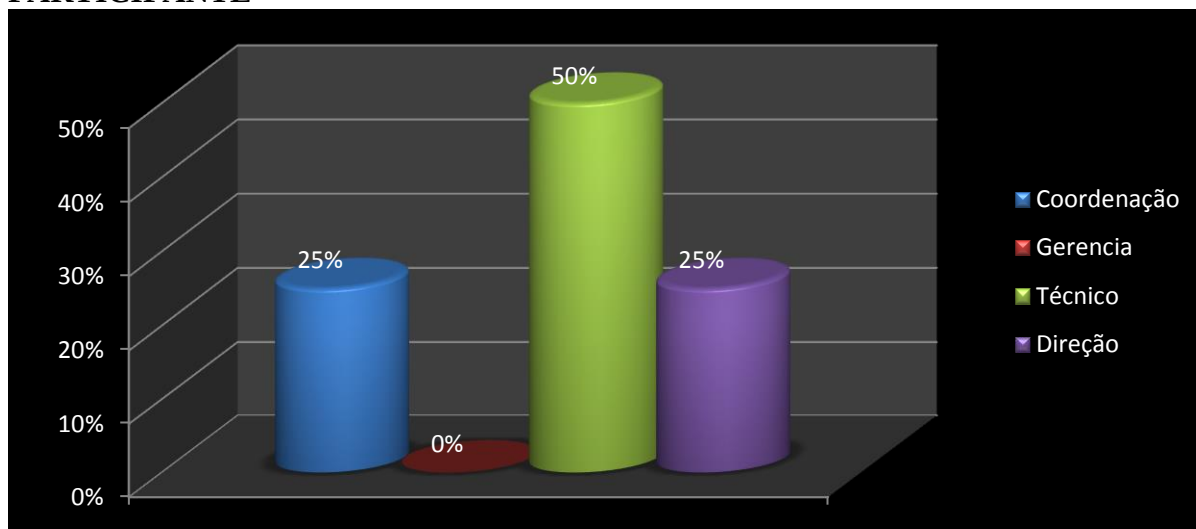


Gráfico que mostra o cargo/função dos participantes
Fonte: Dados pesquisado pela autora

Em relação ao setor no qual os participantes encontram-se atuando, de **100%** dos participantes, foi identificado que 25% estão atuando na área de coordenação, **50%** em cargo técnico e **25%** em diretoria. Porém a instituição pesquisa trabalha de forma em que tanto, coordenador, técnico, diretor ou gerente, consigam resolver qualquer problema encontrado diariamente, claro cada um com suas atribuições e portaria especificada.

GRÁFICO 5 – QUANTO A ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES.

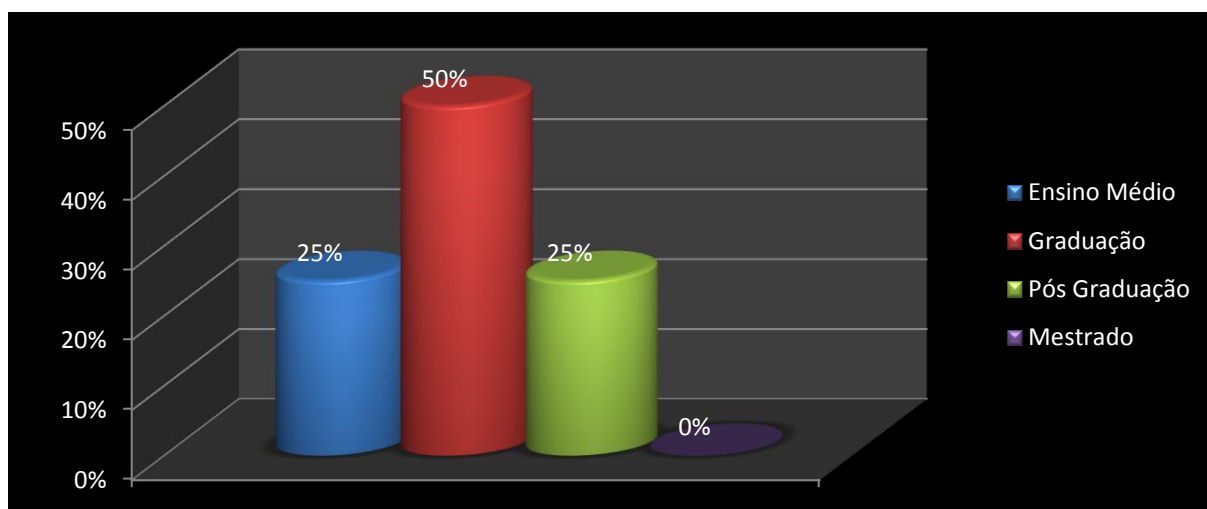


Gráfico que mostra escolaridade dos participantes
Fonte: Dados pesquisado pela autora

Outro dado levantado foi relacionado a escolaridade dos participantes, foi observado que **25%** possui apenas o ensino médio, **50%** tem graduação, **25%** tem pós-graduação e **0%** tem mestrado concluído.

GRÁFICO 6 – QUEM FAZ O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

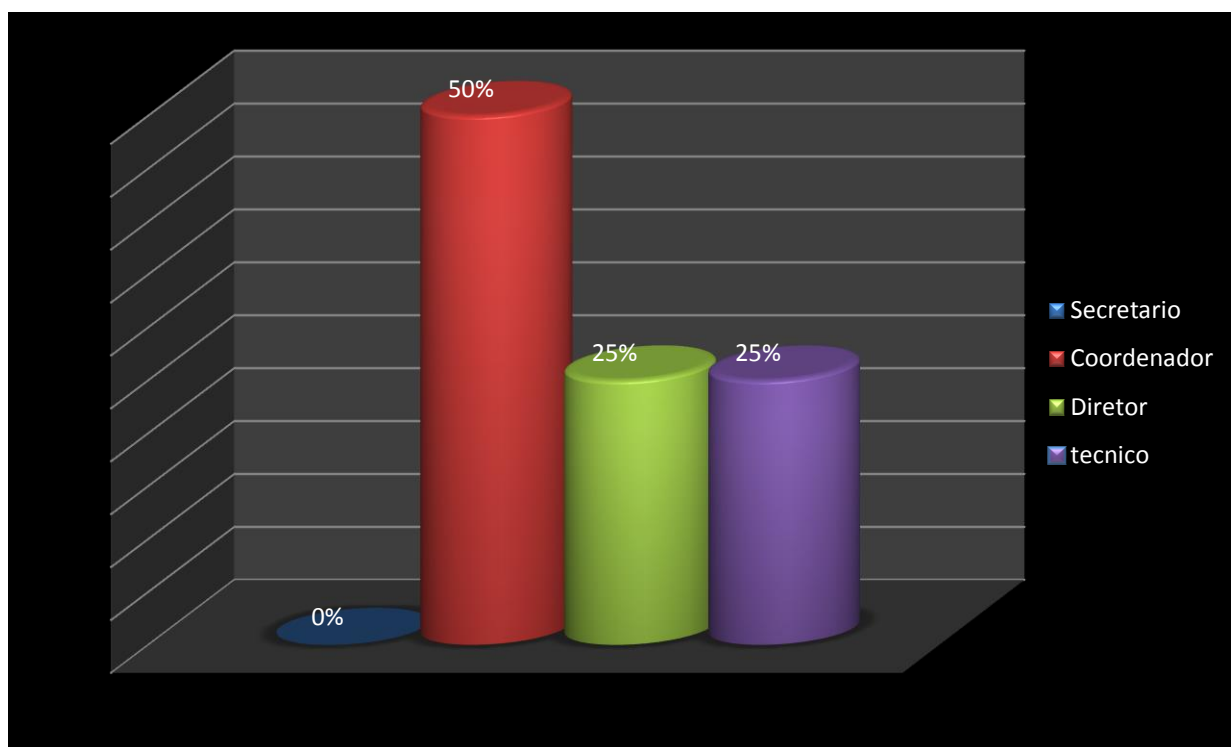


Gráfico que mostra a de que esfera o participante coordena
Fonte: Dados pesquisado pela autora

Dando continuidade a pesquisa, foi indagado quem realizava o planejamento da educação ambiental na secretaria participante, pelas respostas abaixo, foi percebido que 50% era realizado pelo coordenador e 25% pelo técnico e 25% pelo diretor.

GRÁFICO 7 – O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENVOLVE TODOS OS PARTICIPANTES QUE TRABALHAM NA SECRETARIA?

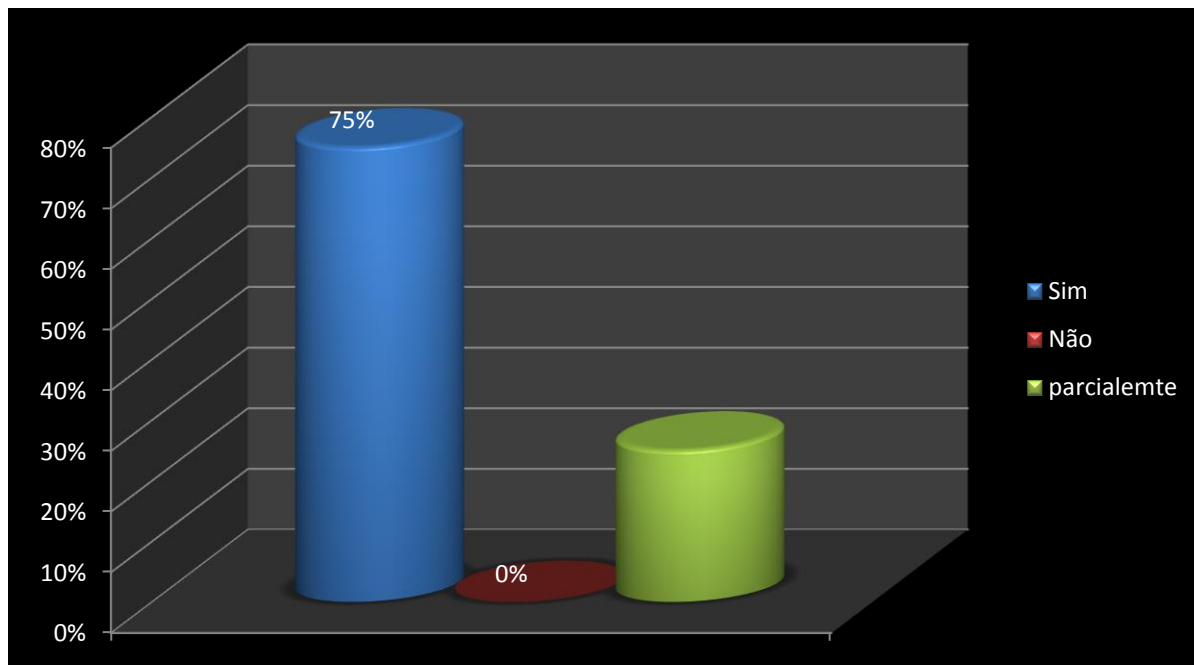


Gráfico que mostra se a coordenação trabalha com equipe de apoio ou não
Fonte: Dados pesquisado pela autora

A respeito do trabalho em equipe, através do envolvimento de equipe de apoio, tem-se como principal preocupação a competitividade que poderá ocorrer dentro da própria equipe, nesse sentido foi indagado quanto a participação de todos com um determinado interesse e a resposta foi a seguinte: 75% responderam que todos os servidores dos departamentos trabalham em equipe pelo mesmo objetivo e apenas 25% responde que nem todos se envolve em todas ações.

GRÁFICO 8 – DE QUE FORMA A SECRETARIA TRABALHA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

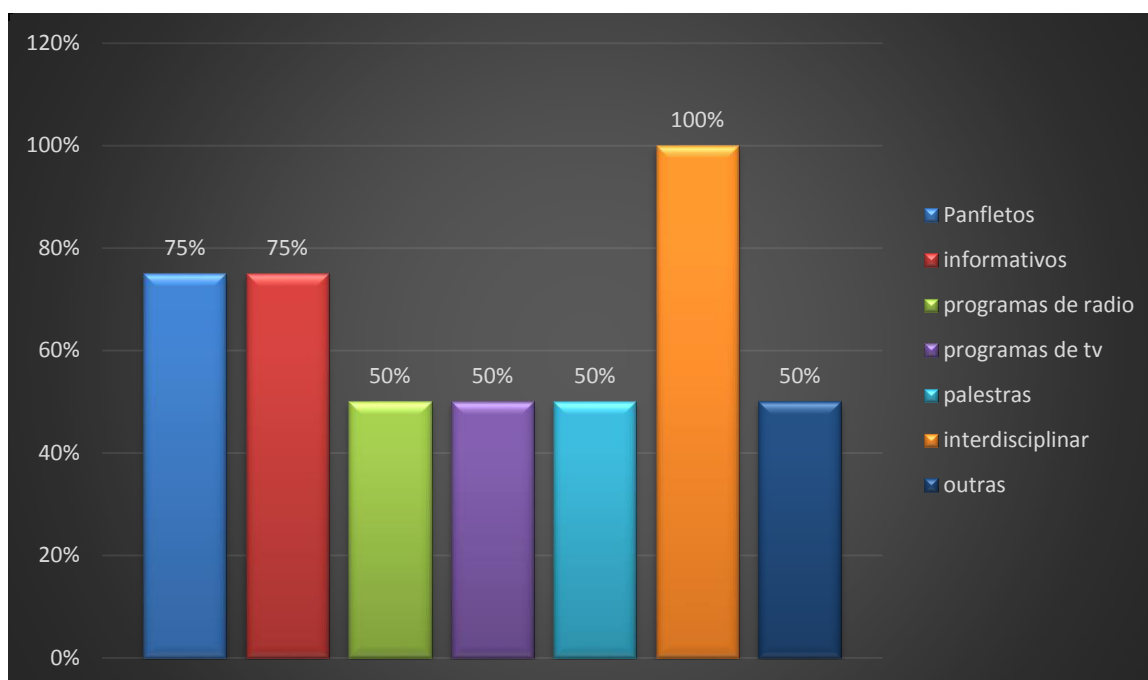


Gráfico que mostra atividades realizadas pelos participantes
Fonte: Dados pesquisado pela autora

Também foi perguntado de que forma está sendo trabalhado a educação ambiental, foi observado que os participantes responderam com mais de uma opção, assim sendo, 75% através de panfletos, 75% Informativos, 50% com programas de rádio, 50% com programas de TV, 50% por meio de palestras, 100% de forma interdisciplinar e 50% de outras formas.

GRÁFICO 9 – QUAL A PERIODICIDADE QUE É TRABALHADA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

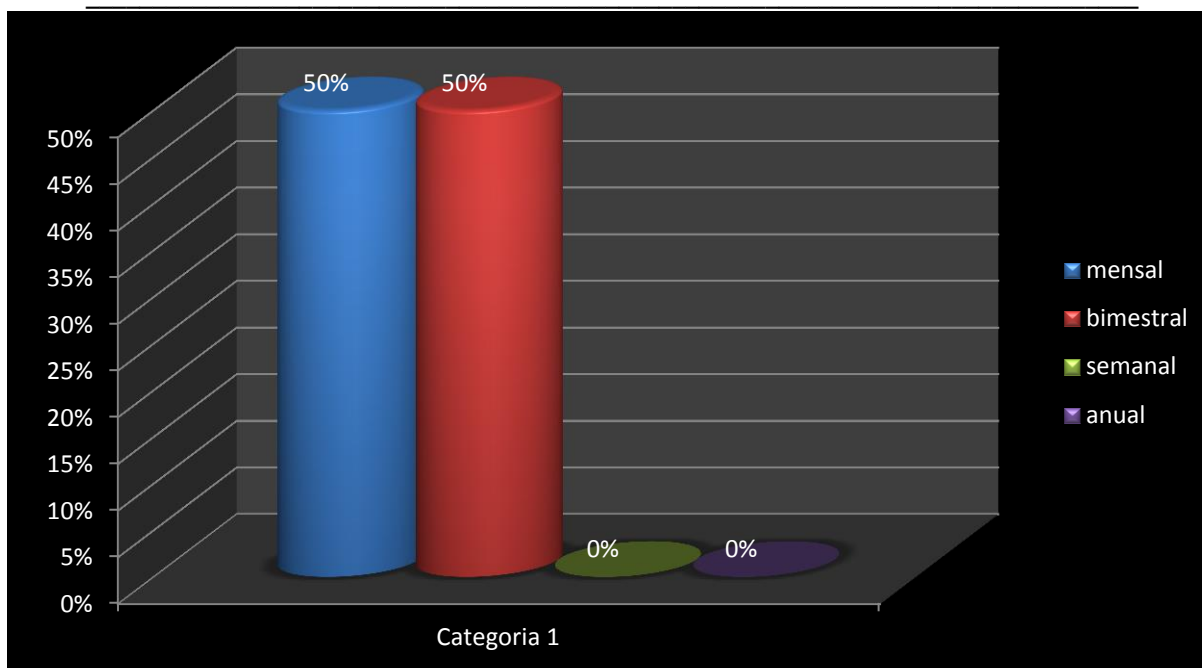


Gráfico que mostra o cargo/função dos participantes

Fonte: Dados pesquisado pela autora

Também foi pesquisado, quais os períodos em que estavam sendo realizados as atividade direcionado a educação ambiental e foi observado que 50% trabalham as atividade mensalmente e 50% trabalham bimestralmente.

GRÁFICO 10 – QUAL O PÚBLICO ALVO QUE A SECRETARIA TRABALHA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

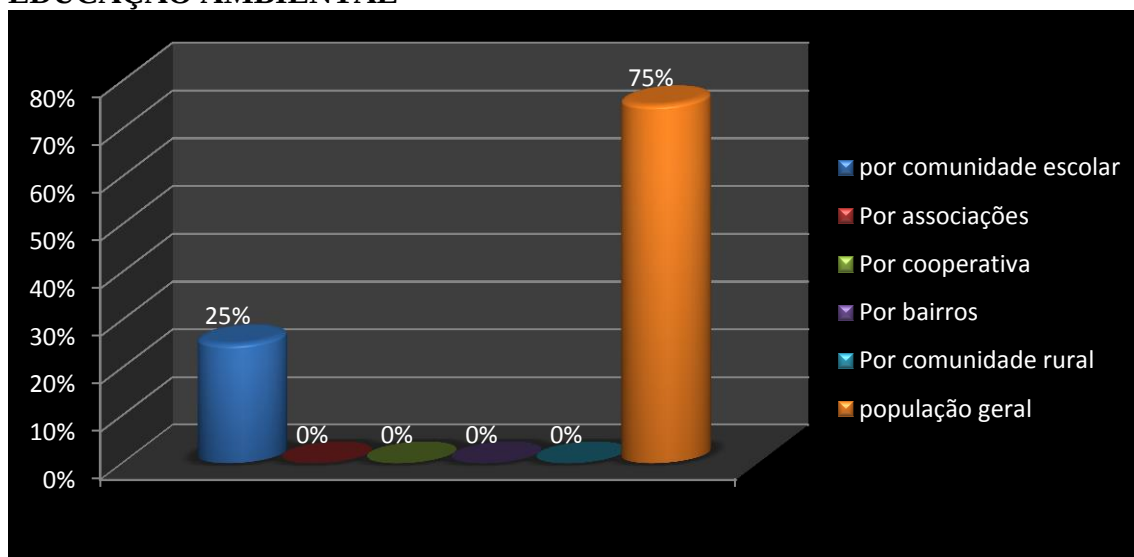


Gráfico que mostra o público que trabalha a educação ambiental

Fonte: Dados pesquisado pela autora

Em todo processo onde estão envolvidos seres humanos, é impossível de não se fazer avaliação do sistema, nesse sentido foi indagado aos participantes qual o público escolhido

para se trabalhar a educação ambiental por secretaria, 25% dos participantes disseram que realizam as atividades por comunidade escolar e 75% que trabalham com todo o público.

GRÁFICO 11 – QUAIS AS LEGISLAÇÕES QUE A SECRETARIA TRABALHA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

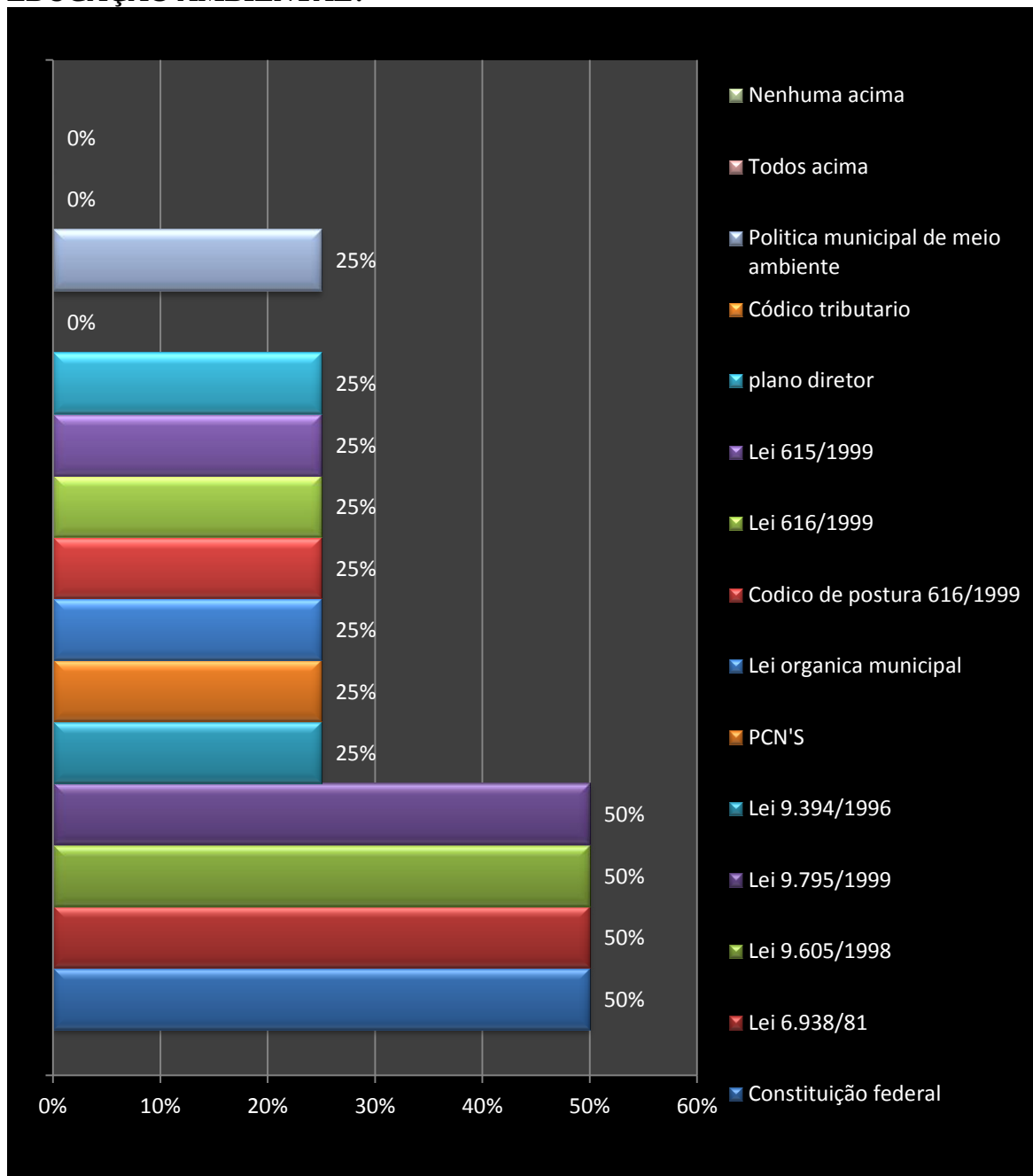


Gráfico que mostra as legislações que as secretarias trabalham referente a educação ambiental
 Fonte: Dados pesquisado pela autora

No que diz respeito ao embasamento das legislações da educação ambiental que as secretarias estão trabalhando como política pública, foi obtido que 25% desenvolve a Política Municipal de Meio Ambiente, 25% o Plano Diretor, 25% a lei de n. 615/1999 que dispõe o Código de Vigilância Sanitária Municipal, 25% trabalham a lei de n. 616/1999 que institui o

Código de Postura Municipal de Portel, 25% a lei Orgânica Municipal, 25% utiliza os Parâmetros Curriculares Nacional - PCNS, o Plano Diretor, 25% a Lei de n. 615/1999 que dispõe o Código de Vigilância Sanitária Municipal, 25% trabalham a lei de n. 616/1999 que institui o Código de Postura Municipal de Portel, 25% a lei Orgânica Municipal, 25% utiliza os Parâmetros Curriculares Nacional – PCNS, 25% a lei de n. 9.394/1996 que dispõe das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, 50% a lei de n. 9.795/1999 que dispõe das Diretrizes da Educação Ambiental, 50% da Lei de Crimes Ambientais, 50% da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente e 50% utilizam a Constituição Federal.

GRÁFICO 12 – A SECRETARIA É ORIENTADA POR ALGUMA DIRETRIZ DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL?

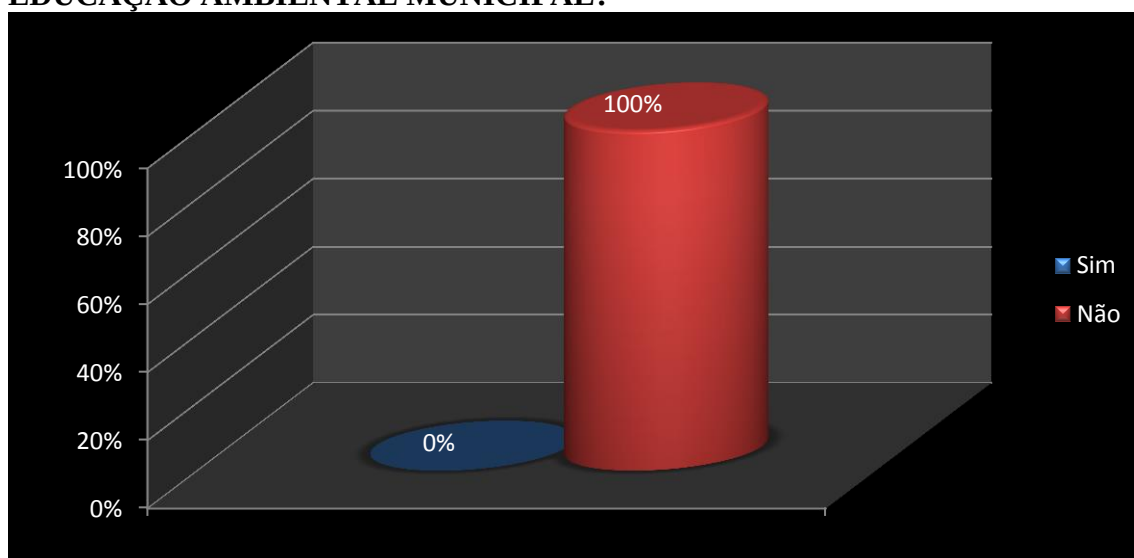


Gráfico que mostra se as secretarias são orientadas ou norteadas por alguma diretriz de educação ambiental
Fonte: Dados pesquisado pela autora

Na pergunta que faz alusão a orientação da educação ambiental acerca de uma diretriz municipal, todos responderam que sim, perfazendo 100% das respostas.

GRÁFICO 13 – A SECRETARIA TRABALHA DE FORMA INTEGRADA NO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS COM AS DEMAIS SECRETARIAS?

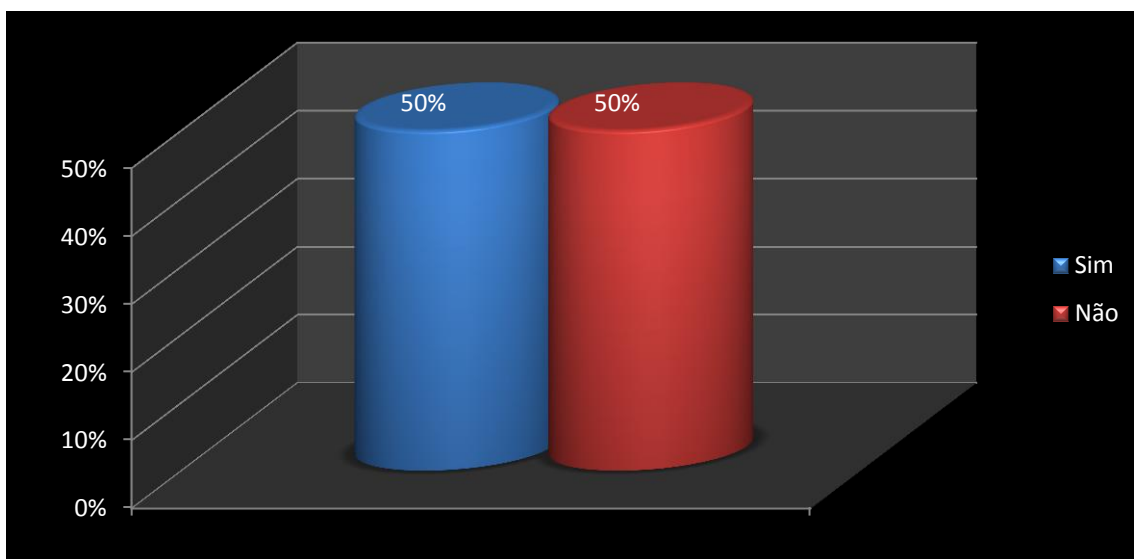


Gráfico que mostra se as secretarias trabalham de forma integrada a educação ambiental
 Fonte: Dados pesquisado pela autora

Quando se pergunta se há uma integração entre as quatro secretarias no planejamento e ações socioambientais, percebe que apenas 50% responderam sim e 50% disseram não.

GRÁFICO 14 – QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS QUE A SECRETARIA OBSERVA NO MUNICÍPIO?

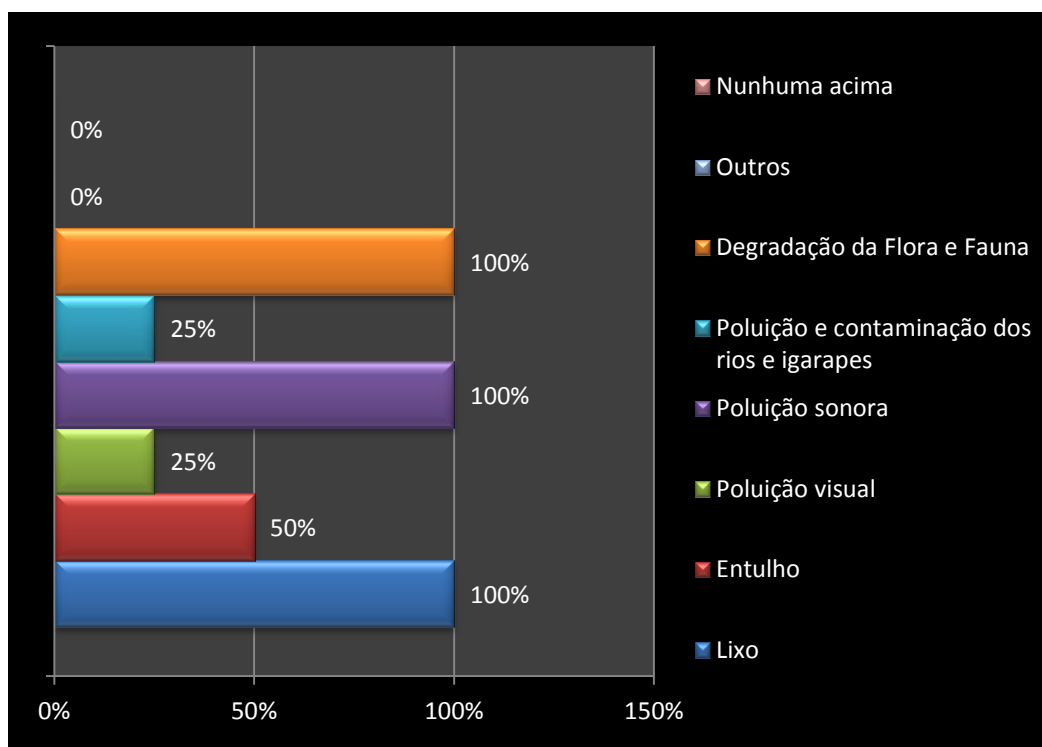


Gráfico que mostra os principais problemas ambientais no município
 Fonte: Dados pesquisado pela autora

Em relação aos principais problemas ambientais que as secretarias enfrentam e observam no município, 100% disseram que a degradação da flora e fauna, 25% se dá pela poluição e contaminação dos rios e igarapés, 100% enfatizam a poluição sonora, 25% a poluição visual, 50% responderam que o entulho e 100% concordam que o lixo é um dos principais.

No que tange a pergunta aberta, para as gestões das secretarias envolvidas da administração pública de Portel, responderam a seguinte indagação da pesquisa.

QUAIS AS PRINCIPAIS AÇÕES PARA COMBATER OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO?

Participante 1: Efetivação das políticas públicas existentes; sensibilização da população; recursos financeiros suficientes para suprir executar projetos voltados a sanar o problema em questão.

Participante 2: monitoramento, educação ambiental e fiscalização

Participante 3: Educação em saúde; coleta de água para análise; monitoramento das áreas de riscos; vigiar (relatório em forma de planilha).

Participante 4: Retirada do lixo e orientação no descartar do mesmo para melhor coleta e não espalhar na cidade.

Analisando as respostas dos gestores, percebe a fragilidade diante das políticas públicas executadas nas secretarias, pois fazem o monitoramento, fiscalização e sensibilização, porém os problemas socioambientais permanecem os mesmos, conforme as respostas apresentadas nos gráficos acima.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

O objetivo geral de estudo da dissertação está pautada em pesquisar como está sendo desenvolvidas as políticas públicas de educação ambiental na administração pública do município de Portel.

De acordo com a pesquisa realizada, a educação ambiental surge de encontro com as problemáticas socioambientais que o planeta vem passando, principalmente decorrente das atividades laborais, industriais, científicas e das praticas individuais e coletivas nada sustentáveis.

A educação ambiental tem sua história, seus movimentos, suas legislações e princípios norteados internacionalmente e nacional, devendo o poder público e a coletividade difundir-la, seja por meio formal, não formal e informal.

Neste sentido, a pesquisa foi realizada no município de Portel estado do Pará, nas principais secretarias do governo municipal que em seu bojo trabalham ou deveriam desenvolvê-la.

Conforme a pesquisa, a educação ambiental se faz presente no município em sua legislação e também esta pautada prioritariamente na legislação nacional e estadual, porém de forma dispersas, pois as secretarias trabalham de maneira isolada, mesmo afirmando que há um planejamento entre si.

A sugestão de intervenção para efetivar a educação ambiental no município é criar a Diretriz Municipal para a educação ambiental, o Plano Ambiental Municipal que além de envolver todas as secretarias e não apenas as pesquisadas, será desenvolvidas as ações e planejamentos de acordo com suas finalidades entre estas, abrangendo as legislações a nível federal, estadual e municipal e a política internacional, pois na pesquisa ficou claro que algumas das principais leis não são do conhecimento e algumas não trabalhadas no planejamento.

A criação dos instrumentos acima, faz necessário urgente e através de chamadas públicas envolvendo a comunidade municipal, participação de instituições de ensino superior e pesquisadores dos mais diversos setores.

A sociedade portelense precisa prática e de hábitos saudáveis e sustentável que notoriamente falta o entendimento da importância da consciência ambiental para uma sociedade saudável e um ambiente conservado e preservado para a manutenção da vida

planetária, pois somente o poder público não está conseguindo passar essas informações e manter a ordem socioambiental.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<http://www.onu.org.br/rio20/tema/documento-final/>

Acseralde, Henri. (2004). Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In Acserald, H.; Herculano, S.; Pádua, J. A. (org). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Acseralde, Henri.; Mello. Cecilia C. do Amaral.; Bezerra, Gustavo das Neves. (2009). O que é Justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond.

Andrade, Maria Margarida de. (2005). Introdução a metodologia do trabalho científico. (7. Ed.) São Paulo: Atlas.

Asquini, Alberto. (1996). Perfis da empresa. Trad. de Fábio Konder Comparato. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. v. 35, n. 104, out/dez/96. São Paulo: RT, 1996, p. 109/126.

Barros, Aidil de Jesus Paes de; Lehfeld, Neide Aparecida de Souza. (1986). Fundamentos de metodologia. Um guia para a inicialização científica. São Paulo: Ed. McGraw-Hill

Bordalo, Carlos. (1999). Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas: Um estudo de caso dos mananciais do Utinga – PA (Microbacias dos igarapés murutucum e água preta). Dissertação Mestrado em geografia. FCT/UNESP.

BRASIL. Ana, SANTOS, Fátima. EQUILIBRIO AMBIENTAL. Resíduos na sociedade Moderna. São Paulo: Faarte editora: 2004

BRASIL, Ana, SANTOS, Fátima. Dicionario Equilibrio Ambiental. São Paulo: Faarte editora: 2004

BRASIL. Lei nº 9.795. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei da Ação Civil Pública - número 7.347 de 24/07/1985. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei dos Agrotóxicos - número 7.802 de 10/07/1989. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei da Área de Proteção Ambiental - número 6.902 de 27/04/1981. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei das Atividades Nucleares - número 6.453 de 17/10/1977. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei de Crimes Ambientais - número 9.605 de 12/02/1998. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei da Engenharia Genética – número 8.974 de 05/01/1995. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei da Exploração Mineral – número 7.805 de 18/07/1989. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei da Fauna Silvestre – número 5.197 de 03/01/1967. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei das Florestas – número 4.771 de 15/09/1965. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei do Gerenciamento Costeiro – número 7.661 de 16/05/1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei da criação do IBAMA – número 7.735 de 22/02/1989. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei do Parcelamento do Solo Urbano – número 6.766 de 19/12/1979. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei Patrimônio Cultural - decreto-lei número 25 de 30/11/1937. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei da Política Agrícola - número 8.171 de 17/01/1991. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.

BRASIL. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – número 6.938 de 17/01/1981. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em:

- <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.
- BRASIL. Lei de Recursos Hídricos – número 9.433 de 08/01/1997. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.
- BRASIL. Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – número 6.803 de 02/07/1980. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/meioamb.htm>>. Acesso em 02 de março de 2009.
- Cesar, Ana Maria Roux Valentini Coelho. (2005). Método do estudo de caso. (CasieStudies) ou Método do caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em administração. São Paulo: REMAC – Revista eletrônica Mackenzie de casos.
- Coelho, Fábio Ulhoa. (2004). Manual de Direito Comercial. (15. ed.). Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- Cunha, L; Coelho, M. (2003). Política e Gestão Ambiental. In: Cunha, S.; Guerra, A.A. Questão Ambiental: Diferentes Abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- Chiavenato, Idalberto. (1997). Recursos humanos. (edição compactada). São Paulo: Atlas.
- Chiavenato, Idalberto. (2003). Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. (7. ed. rev. e atual) Rio de Janeiro: Elsevier.
- Daft, Richard L. (1999). Administração. (4ª ed.) Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos.
- Diehl, Astor Antônio; Tatim, Denise Carvalho. (2004). Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Pretentice Hall.
- Ferraro, Luiz (org.) (2005). Encontros e caminhos: Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores. Ministério da Educação: Brasília.
- Fernandes, R. C.(1994). Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Ferreira, Waldemar. (1961). Tratado de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.
- Froes, César. (1999). Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark
- Figueira, Divalte. (2007). História. (1ª Ed.) Ática: São Paulo.
- Fiorillo, C.A.P. (2003). Curso de Direito Ambiental Brasileiro. (4ª Ed.) São Paulo: Saraiva.

Froes,

Freire, Paulo. (2006). Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa. (ed. 34). São Paulo: Paz e terra.

Gasparini, Diógenes. (2003). Direito Administrativo. 8.ed. São Paulo: Saraiva.

Gil. Antônio Carlos. (1995). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas.

Gil, Antônio Carlos. (2001). Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas.

Keinert, Tania Margarete Mezzomo. (2007). Administração pública no Brasil: Crises e mudanças de paradigmas. (2 ed.). São Paulo: Annablume: Fapesp.

Kunsch, Margarida Maria Krohling. (2003). Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. (4. Ed.) São Paulo: Summus

Kwasnicka, Eunice Lacava. (1988). Introdução à administração, São Paulo: Atlas.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo.; Layrargues, Phillippe Pomier.; Castro, Ronaldo Souza de. (Orgs). (2002). SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: a educação ambiental em debate. (2ª Ed.) São Paulo: Cortez.

Leite, José. Dano Ambiental: do individual ao coletivo extra patrimonial. Editora Revista dos Tribunais

Magalhães, J.P. (2002). A Evolução do Direito Ambiental no Brasil. (2ª Ed.) São Paulo: Juarez de Oliveira.

Magalhães, Luiz Marconi Fortes (Org.). Educação ambiental: teoria e prática para as pessoas e as sociedades do século 21. Belém: Alves, 2006.

Maimon, Dalia. (1992). Política ambiental no Brasil: ecologia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: APED.

Maimon, Dalia. (1996). Passaporte verde: gerência ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed.

Marques, Maria da C. (2007). Aplicação dos princípios da governança corporativa ao setor público. Rev. Adm. Contemp. Online. V. 11, n. 2. P. 11 – 26.

Maximiano, Antônio César Amaru. (1995). Além da Hierarquia. São Paulo: Atlas.

meirelles, Hely Lopes. (2000). **Direito Administrativo Brasileiro**. (25. ed.) São Paulo: Malheiros.

Milaré, E. (2000) Direito do Ambiente: Doutrina, Prática, Jurisprudência, Glossário. (2ª Ed.) São Paulo: Revista dos Tribunais.

Paim, Js & Almeida, Filho N (1998). Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? Revista de Saúde Pública.

Porpino, Lúcia. (1994). Histórico da Gestão Ambiental no Estado do Pará. Belém: Mimeografado.

PORTEL. Lei de Política Municipal do Meio Ambiente - número 726 de 23/06/2006. Câmara Municipal de Portel.

PORTEL. Lei do Código de Vigilância Sanitária – número 615 de 28/05/1999. Câmara Municipal de Portel.

PORTEL. Lei do Código de Postura – número 616 de 25/06/1999. Câmara Municipal de Portel.

PORTEL. Lei complementar institui Plano Diretor – numero 001 de 13/10/2006. Câmara Municipal de Portel.

PRONEA. (2005). Programa de Nacional de Educação Ambiental. Ministério da Educação: Brasília.

Robbins, Stephen Paul & Decenzo David A. (2004). Fundamentos de Administração: Conceitos essenciais e aplicações. (4ª ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Rocha, Gilberto de Miranda. (2007). Gestão ambiental: Desafios e experiências municipais no estado do Pará. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA.

Silva, Marlieth Corrêa.; Flores, Alzeny Pereira.; Pereira, Danielle Gomes. (2010). Dissertação de Pós Graduação. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Caminhos Para Práxis Pedagógica no Contexto Social. Belém: Universo.

Silva, Paulo Sérgio Ferreira.; Albuquerque, Maria de Jseus ferreira César de. (2004). Educação ambiental para a questão ambiental: uma proposta para escola pública. In VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia/GO: Anais CD-ROM.

Sirvinskas, Luiz. (). Tutela Penal do Meio Ambiente. São Paulo: Editora Saraiva.

Sorrentino, M. Et al. (2005). Educação ambiental como política pública. (v.31, n.2). São Paulo: Educação e Pesquisa.

Stoner, James A. F. (1999). Administração. (5 ed.). Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil.

Texeira. (2012, 31 de julho). Sustentabilidade e educação ambiental: práticas para o exercício da cidadania planetária. [texto colocado no site terraagaia.wordpress.com] enviado para <https://terraagaia.wordpress.com/2012/07/31/sustentabilidade-e-educacao-ambiental-praticas-para-o-exercicio-da-cidadania-planetaria/>. Acedido em 25 de maio de 2016.

Vázquez, Adolfo Sánchez. (2003). Civilização Brasileira. (24. ed) Trad. de João Dell’Anna. Rio de Janeiro. Ética.

APÊNDICES

INSTRUMENTO DE PESQUISA

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará.

O QUE É A PESQUISA:

A proposta do estudo consiste em avaliar a atuação dos secretários (as) como gestor da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional do Baixo Amazonas Dr. Waldemar Pena – HRBA – Santarém – Pará. Para isso, conscientemente deverão assinar este termo. A partir disso, deverão responder aos questionamentos que identificarão a população alvo que são os enfermeiros que atuam como gestores na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional do Baixo Amazonas Dr. Waldemar Pena, visando obter dados que subsidiarão esta pesquisa.

O QUE SERÁ FEITO COM O MATERIAL RECOLHIDO (OU INFORMAÇÕES) DO SUJEITO PESQUISADO:

As informações obtidas serão utilizadas somente para a presente pesquisa, cada indivíduo da pesquisa receberá um código, além de seus dados serem analisados em conjunto com os de outros participantes, não sendo divulgada qualquer informação que possa levar a sua identificação.

RISCOS, PREVENÇÃO E BENEFÍCIOS PARA O SUJEITO DA PESQUISA:

Não haverá risco ou desconforto aos participantes, visto que o roteiro de entrevista utilizado foi construído somente com base em dados bibliográficos, não havendo questões que possam trazer dificuldades dessa natureza para o sujeito da pesquisa.

Os benefícios serão diretos aos participantes da pesquisa, já que serão aplicados um questionário visando obter dados que respondam aos objetivos, e que depois serão devolvidos à comunidade, através de uma dissertação.

GARANTIAS E INDENIZAÇÕES:

Será garantida a confidencialidade das informações obtidas com os sujeitos da pesquisa. O pesquisador se responsabilizará também, em salvaguardar as informações para a confidencialidade dos dados da pesquisa., codificando através de letras do alfabeto os

participantes da mesma. As consequências da quebra de confidencialidade, assim como de qualquer dano causado pela pesquisa ao sujeito, constam desde solicitar indenização em reparação aos mesmos perante a justiça legal. Tem a garantia de liberdade em deixar de participar do estudo a qualquer momento. Serão inteiramente informados a respeito dos resultados parciais e finais da pesquisa; logo, a qualquer momento do estudo, terão livre acesso aos pesquisadores, para esclarecimento de dúvidas.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:

O principal investigador é a acadêmica Marlieth Corrêa da Silva, que pode ser encontrada na Av. Padre Antônio Vieira, 606 – Bairro Centro – Portel/Pará – CEP: 68.480.000 ou pelo celular (91) 98254-6354, e-mail: Marlieth.portel@hotmail.com. Caso não seja localizada a acadêmica Marlieth Corrêa da Silva, poderá ainda ser contatado o Pesquisador responsável Prof: Dr. Ricardo Figueiredo Pinto, orientador desta pesquisa, na Travessa Padre Eutiquio, 1730 – Edifício Ebenezer Eloí esquina c/ Mundurucus - Batista Campos - CEP: 66033-720 – Belém – Pará.

FINANCIAMENTOS:

Este trabalho será realizado com recursos próprios do autor, não tendo financiamento ou coparticipação de nenhuma instituição de pesquisa. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não haverá nenhum pagamento por sua participação.

DECLARAÇÃO

Declaro que compreendi as informações do que li ou que me foram explicadas sobre o trabalho em questão.

Discuti com o Prof: Dr. Ricardo Figueiredo Pinto sobre minha decisão em participar nesse estudo, ficando claros para mim, quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, os possíveis desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que minha participação não será paga, nem terei despesas, inclusive se optar por desistir de participar da pesquisa. Se houverem danos decorrentes do estudo posso legalmente solicitar indenizações.

Concordo voluntariamente em participar desse estudo podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificar o motivo da desistência, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Marlieth Corrêa da Silva
GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da
Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará

Marlieth Corrêa da Silva

Pesquisadora Principal

AV. PADRE ANTONIO VIEIRA, 609
1730

PORTEL - PA

TEL; (91) 98254-6354

E-mail: Marlieth.portel@hotmail.com

Dr. Ricardo Figueiredo Pinto

Pesquisador Responsável

Orientador

END.TRAV.PADRE EUTIQUEIO,

TEL: (91) 3229-5240/3249-9492

E-mail: rfpuepa@yahoo.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e
concordo em participar.

Assinatura do participante

Sujeito da pesquisa

Nome: _____ Idade _____

Endereço: _____

Telefone: _____

**APÊNDICE 2 - UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E
TECNOLOGIAS, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS.**

MESTRADO EM GESTÃO

**TÍTULO: GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento
e Desenvolvimento da Educação Ambiental como Política Publica Permanente do
Município de Portel – Pará.**

QUESTIONÁRIO

I. IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR (A).

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Cargo/Função: _____ Tempo de atuação: _____ anos

Efetivo: () Concursado: () Temporário ()

Tempo de atuação na gestão: _____ anos.

Formação: _____

II. ESPECIFICO

1. Quem faz o planejamento da educação ambiental?

Secretário (a): ()

Diretor (a): ()

Coordenador (a): ()

Técnico (a): ()

2. O planejamento da educação ambiental envolve todos que trabalha na secretaria?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

3. De que forma a secretaria trabalha a educação ambiental?

Panfletos: ()

Informativos: ()

Programas em Rádio: ()

Programas em TVs: ()

Palestras: ()

Interdisciplinar nas escolas: ()

Outros: ()

4. Qual a periodicidade?

Mensal: ()

Bimestral: ()

Semestral: ()

Anual: ()

5. Quais as áreas em que são trabalhada a educação ambiental?

Zona Urbana: ()

Zona Rural: ()

6. Qual o publico alvo em que é trabalhada a educação ambiental?

Comunidade escolar ()

Por Associações ()

Por Cooperativas ()

Por Bairros ()

Por Comunidade Rural ()

População em geral ()

7. Quais as legislações que a secretaria trabalha a educação ambiental? Constituição Federal ()

Política Nacional de Meio Ambiente Nº 6.938/81 ()

Lei de Crime Ambientais nº. 9.605/1998 ()

Lei de Educação Ambiental de nº. 9.795/1999 ()

Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº. 9.394/1996 ()

Parâmetros Curriculares Nacionais ()

Lei Orgânica Municipal ()

Código de Postura nº. 616/1999 ()

Lei de vigilância Sanitária nº. 615/1999 ()

Plano Diretor Municipal Lei complementar nº 001 de 13 de outubro de 2006 ()

Código Tributário nº. 720/2005 ()

Politica Municipal de Meio Ambiente nº. 726/2006 ()

Todas acima ()

Nenhuma acima ()

Apenas 3 ()

Apenas 6 ()

Apenas 9 ()

8. A secretaria é orientada por uma diretriz de educação ambiental municipal?

Sim ()

Não ()

9. A secretaria trabalha de forma integrada no planejamento e ações socioambientais com as demais secretarias municipal?

Sim ()

Não ()

10. A secretaria faz monitoramento e avaliação das ações realizadas de educação ambiental?

Sim ()

Não ()

11. Quais os principais problemas ambientais que a secretaria observa no município?

Lixo ()

Entulhos ()

Poluição Visual ()

Poluição Sonora ()

Poluição e Contaminação nos rios e igarapés ()

Degradação da Flora e Fauna ()

Outros ()

Todas acima ()

Nenhuma acima ()

Apenas 3 ()

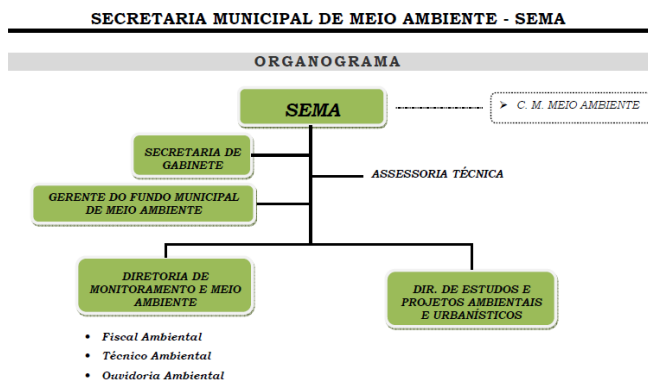
Apenas 4 ()

Apenas 6 ()

12. Quais as principais ações para combater os problemas ambientais no município?

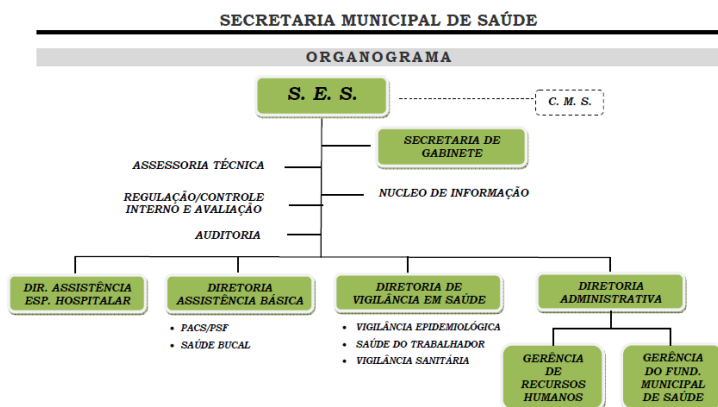
Marlieth Corrêa da Silva
GESTÃO PÚBLICA: Educação, Sociedade, Meio Ambiente e o Planejamento e Desenvolvimento da
Educação Ambiental como Política Publica Permanente do Município de Portel – Pará

Imagem 06 – Organograma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Portel - Pará



FONTE: Prefeitura Municipal de Portel – Dados pesquisados pela autora

Imagem 07 – Organograma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Portel - Pará



FONTE: Prefeitura Municipal de Portel – Dados pesquisados pela autora